



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO IX — N.º 118

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 16 DE JULHO DE 1954

## CONGRESSO NACIONAL

### Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º da Constituição Federal e do artigo 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 27 de julho do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do Veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 2 846, de 1953, na Câmara dos Deputados, e n.º 381, de 1953, no Senado Federal), que modifica o art. 18 da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios.

Senado Federal, em 2 de julho de 1954.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3.º, da Constituição Federal e do artigo 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 29 de julho do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do Veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 1.575, de 1952, na Câmara dos Deputados, e n.º 380, de 1952, no Senado Federal), que altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências.

Senado Federal, 8 de Julho de 1954

JOÃO CAFÉ FILHO

## SENADO FEDERAL

### Relação das Comissões

#### Diretora

Presidente — Marcondes Filho  
1.º Secretário — Alfredo Neves  
2.º Secretário — Vespasiano Martins  
3.º Secretário — Francisco Galotti  
4.º Secretário — Ezechias da Rocha  
1.º Suplente — Prisco dos Santos  
2.º Suplente — Costa Pereira  
Secretário — Luis Nabuco, Diretor Geral da Secretaria do Senado.

### Comissões Permanentes

#### Economia

Pereira Pinto — Presidente  
Landulpho Alves — Vice-Presidente  
Sá Tinoco  
Júlio Leite  
Costa Pereira (\*)  
Plínio Pompeu (\*\*)  
Euclides Vieira  
(\*) Substituído pelo Senador Djair Brindeiro  
(\*\*) Substituído pelo Senador Sylvio Curvo  
Secretário — Aroldo Moreira  
Reuniões às quintas-feiras.

#### Educação e Cultura

1 — Flávio Guimarães — Presidente.  
2 — Cícero de Vasconcelos — Vice-Presidente.  
3 — Area Leão.  
4 — Hamilton Nogueira,  
5 — Levindo Coelho,  
6 — Bernardes Filho,  
7 — Euclides Vieira.  
Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.  
Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.  
Reuniões — As quintas-feiras, às 15 horas.

### Finanças

1 — Ivo d'Aquino — Presidente.  
2 — Ismar de Góis — Vice-Presidente (\*).  
3 — Alberto Pasqualini.  
4 — Alvaro Adolfo (\*\*).  
5 — Apolonio Sales (\*\*\*).  
6 — Carlos Lindenberg.  
7 — Cesar Vergueiro.  
8 — Domingos Velasco (\*\*\*\*).  
9 — Durval Cruz.  
10 — Euclides Vieira.  
11 — Ferreira de Souza.  
12 — Mathias Olympio (\*\*\*\*\*).  
13 — Pinto Aleixo.  
14 — Plínio Pompeu.  
15 — Veloso Borges.  
16 — Vitorino Freire (\*\*\*\*\*).  
17 — Walter Franco (\*\*\*\*\*).  
(\*) Substituído pelo Sen. Esperidião de Farias.  
(\*\*) Substituído pelo Sen. Nestor Massena.  
(\*\*\*) Substituído pelo Sen. Martiniano Fernandes.  
(\*\*\*\*) Substituído pelo Sen. Costa Paranhos.  
(\*\*\*\*\*) Substituído pelo Senador Alencastro Guimarães.  
(\*\*\*\*\*) Substituído pelo Sen. Antonio Bayma.  
(\*\*\*\*\*) Substituído pelo Senador Joaquim Pires.  
Secretário — Evandro Vianna, Diretor de Orçamento.  
Reuniões às quartas e sextas-feiras, às 15 horas.

### Constituição e Justiça

Dario Cardoso — Presidente.  
Aloysio de Carvalho — Vice-Presidente.  
Anísio Jobim.  
Atílio Vivacqua.  
Camilo Mercio.

Ferreira de Souza.  
Flávio Guimarães.  
Gomes de Oliveira.  
Joaquim Pires.  
Luiz Tinoco.  
Olavo Oliveira. (\*)  
(\*) Substituído pelo Senador Mozart Lago.  
Secretário — Luiz Carlos Vieira da Fonseca.  
Auxiliar — Marília Pinto Amado.  
Reuniões — Quartas-feiras, às 9 horas.

### Legislação Social

1 — Gomes de Oliveira — Presidente.  
2 — Luiz Tinoco — Vice-Presidente.  
3 — Hamilton Nogueira.  
4 — Rui Carneiro.  
5 — Othon Mäder.  
6 — Kerginaldo Cavalcanti.  
7 — Cícero de Vasconcelos.  
Secretário — Pedro de Carvalho Müller.  
Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.  
Reuniões às segundas-feiras, às 16,30 horas.

### Relações Exteriores

1 — Georgino Avelino — Presidente.  
2 — Hamilton Nogueira — Vice-Presidente.  
3 — Novaes Filho.  
4 — Bernardes Filho.  
5 — Djair Brindeiro.  
6 — Mathias Olympio.  
7 — Assis Chateaubriand. (\*)  
8 — João Villasboas.  
(\*) Substituído, interinamente, pelo Sr. Cícero de Vasconcelos

Secretário — J. B. Castejon Branco.  
Reuniões às segundas-feiras, às 16,30 horas.

### Redação

1 — Joaquim Pires — Presidente.  
2 — Waldemar Pedrosa — Vice-Presidente.  
3 — Aloysio de Carvalho.  
4 — Carvalho Guimarães.  
5 — Costa Pereira.  
Secretário — Cecília de Rezende Martins.  
Auxiliar — Nathércia Sá Leitão.  
Reuniões às quartas-feiras, às 15 horas.

### Saúde Pública

Levindo Coelho — Presidente.  
Alfredo Simch — Vice-Presidente.  
Prisco dos Santos.  
Vivaldo Lima.  
Durval Cruz.  
Secretário — Aurea de Barros Rêgo.  
Reuniões às quintas-feiras, às 14 horas.

### Serviço Público Civil

1 — Prisco dos Santos — Presidente.  
2 — Luiz Tinoco — Vice-Presidente.  
3 — Nestor Massena.  
4 — Vivaldo Lima.  
5 — Djair Brindeiro.  
6 — Mozart Lago.  
7 — Júlio Leite.  
Secretário — Julieta Ribeiro dos Santos.  
Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

## Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Euclydes Vieira — *Presidente*.  
Onofre Gomes — *Vice-Presidente*.  
Alencastro Guimarães.  
Othon Mäder.  
Antônio Bayma.  
Secretário — Francisco Soares  
Arruda.  
Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

## Segurança Nacional

1 — Pinto Aleixo — *Presidente*.  
2 — Onofre Gomes — *Vice-Presidente*.  
3 — Magalhães Barata.  
4 — Ismar de Góes.  
5 — Sílvia Curvo.  
6 — Walter Franco.  
7 — Roberto Glasser.  
Secretário — Ary Kerner veiga de Castro.  
Reuniões às segundas-feiras.

## Comissões Especiais

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 2, de 1949

Aloysio de Carvalho — *Presidente*.  
Dario Cardoso.  
Francisco Gallotti.  
Camilo Mércio.  
Carlos Lindenberg.  
Antônio Bayma.  
Bernardes Filho.  
Marcondes Filho.  
Olavo Oliveira.  
Domingos Velasco.  
João Villasbôas.

Comissão Especial de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

Luiz Tinoco — *Presidente*.  
Gomes de Oliveira — *Vice-Presidente e Relator Geral*.  
Othon Mäder.  
Rui Carneiro.  
Kerginaldo Cavalcanti.  
Secretário — Italina Cruz Alves.

Parlamentar de Inquérito sobre o cimento

Francisco Gallotti — *Presidente*.  
Mozart Lago — *Vice-Presidente*.  
Júlio Leite.  
Landolpho Alves.  
Mário Motta.  
Secretário — Lauro Portella

De Reforma do Código de Processo Civil

João Villasbôas — *Presidente*.  
Atílio Vivacqua — *Vice-Presidente*.  
Dario Cardoso — *Relator*.  
Secretário — José da Silva Lisboa  
Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.  
Reuniões às sextas-feiras, às 16 horas.

Para estudo da concessão dos Direitos Cíveis à Mulher Brasileira

Mozart Lago — *Presidente*.  
Avaro Adolpho — *Vice-Presidente*.  
João Villasbôas.  
Gomes de Oliveira.  
Atílio Vivacqua.  
Domingos Velasco.  
Victorino Freire.

# EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
HELMUT HAMACHER

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional  
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

### ASSINATURAS

#### REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre ..... Cr\$ 50,00  
Ano ..... Cr\$ 96,00

Exterior

Ano ..... Cr\$ 136,00

#### FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Semestre ..... Cr\$ 39,00  
Ano ..... Cr\$ 76,00

Exterior

Ano ..... Cr\$ 108,00

As assinaturas dos órgãos oficiais começam e terminam em qualquer dia do exercício em que forem registradas.

O registro de assinaturas é feito à vista do comprovante do recebimento.

Os cheques e vales postais deverão ser emitidos em favor do tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

De Inquérito sobre os Jogos de Azar

1 — Ismar de Góes — *Presidente*.  
2 — Prisco dos Santos — *Vice-Presidente*.  
3 — Kerginaldo Cavalcanti — *Relator Geral*.  
4 — Vivaldo Lima.  
5 — Novaes Filho.  
Secretário — J. A. Ravasco de Andrade.

De Revisão do Código Comercial

1 — Alexandre Marcondes Filho — *Presidente*.  
2 — Ivo d'Aquino.  
3 — Ferreira de Souza — *Relator Geral* (\*).  
4 — Atílio Vivacqua.  
5 — Victorino Freire.  
Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954

1 — Dario Cardoso — *Presidente*.  
2 — Aloysio de Carvalho — *Vice-Presidente*.  
3 — Anísio Jobim.  
4 — Atílio Vivacqua.  
5 — Camilo Mércio.  
6 — Ferreira de Souza.  
7 — Flávio Guimarães.  
8 — Gomes de Oliveira.  
9 — Joaquim Pires.  
10 — Olavo Oliveira.  
11 — Waldemar Pedrosa.  
12 — Mozart Lago.  
13 — Hamilton Nogueira.  
14 — Guilherme Malaquias.  
15 — Nestor Massena.  
16 — Francisco Porto.  
Secretário — Glória Fernandina Quintela.  
Auxiliar — Nerecia Sá Leitão.

De Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

1 — Luiz Tinoco — *Presidente*.  
2 — Gomes de Oliveira — *Vice-Presidente e Relator Geral*.  
3 — Kerginaldo Cavalcanti.  
4 — Othon Mäder.  
5 — Rui Carneiro.  
Secretário — Italina Cruz Alves.

## Atas das Comissões

### Comissão de Constituição e Justiça

25.ª REUNIAO, EM 14 DE JULHO DE 1954

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro, às nove horas e quarenta e cinco minutos, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Dario Cardoso, Presidente. Estão presentes os Srs. Anísio Jobim, Flávio Guimarães, Luiz Tinoco, Joaquim Pires, Gomes de Oliveira, Camilo Mércio, Atílio Vivacqua e Ferreira de Souza, deixando de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Aloysio de Carvalho, Vice-Presidente, e Mozart Lago.

Lida e aprovada sem observações a ata da reunião anterior, o Sr. Presidente anuncia ter realizado a distribuição publicada ao pé desta.

Dado início ao exame da matéria constante da pauta, são lidos e aprovados os seguintes pareceres:

— Do Senhor Atílio Vivacqua, pela constitucionalidade, apresentando emenda, do Projeto de Lei da Câmara n.º 41, de 1954, que modifica o artigo 40 da Lei Orgânica do Distrito Federal, com restrições dos Srs. Ferreira de Souza e Joaquim Pires;

— Do Sr. Anísio Jobim, pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo n.º 6, de 1954, que aprova o Acórdão assinado pelo Brasil na cidade de Washington; e pela constitucionalidade do Substitutivo oferecido ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 13, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas ao registro do termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Juvenal Nogueira de Assis e sua mulher Raimunda Arlinda Nogueira;

— Do Sr. Camilo Mércio, pela aprovação do Projeto da Lei da Câmara n.º 93, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.334.787,00, para atender às despesas resultantes de cumprimento da segurança impetrada em favor de Pedro Mariani Serra e outros;

— Do Sr. Gomes de Oliveira, pela constitucionalidade do Projeto de Lei do Senado n.º 43, de 1954, que acrescenta dispositivos à Lei n.º 1.741, de 23 de novembro de 1952;

— Do Sr. Luiz Tinoco, pela constitucionalidade da emenda n.º 1, oferecida ao Projeto de Lei da Câmara n.º 13, de 1954, que dispõe sobre o salário mínimo dos médicos e dá outras providências;

— Do Sr. Ferreira de Sousa, pela inconstitucionalidade:

a) do Projeto de Lei do Senado número 24, de 1954, que dispõe sobre o provimento em cargos de carreira de nível universitário superior nas Instituições de Previdência Social;

b) do Projeto de Lei da Câmara n.º 230, de 1953, que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, como auxílio às despesas de organização e realização do Concílio Geral Igreja Metodista do Brasil, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com restrições dos Srs. Flávio Guimarães e Atílio Vivacqua;

— Do Sr. Flávio Guimarães, pela constitucionalidade do Projeto de Decreto Legislativo n.º 8, de 1954, que aprova o Acórdão Básico relativo à Assistência Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e a Organização Internacional do Trabalho; e pela aprovação, no aspecto constitucional, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 10, de 1954, que aprova o Tratado de Amizade e Consulta firmado entre os Governos do Brasil e de Portugal.

Adia-se a votação do parecer emitido pelo Sr. Atílio Vivacqua sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 113, de 1954, que torna extensivo o abono de emergência aos servidores da Comissão Federal de Abastecimentos e Preços e das Comissões Estaduais de Abastecimentos e Preços, por haver solicitado e obtido vista o Sr. Joaquim Pires.

E' igualmente adiada, com vista do respectivo parecer aberto ao Sr. Flávio Guimarães, a votação do parecer do Sr. Luiz Tinoco sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 18, de 1954, que dispõe sobre o exercício das funções de Prefeito.

Por força do adiantado da hora, o Sr. Presidente encerra a reunião. Para constar, eu, Luis Carlos Vieira da Fonseca, Secretário, lavrei a presente ata, que, aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

DISTRIBUIÇÃO REALIZADA PELO SR. PRESIDENTE EM 14 DE JULHO DE 1954.

— Ao Sr. Ferreira de Sousa, o Projeto de Lei do Senado n.º 55, de 1954, que institui nas Escolas Federais de Medicina o ensino de Psicologia Médica e Medicina Psico-Somática; o Projeto de Lei da Câmara n.º 136, de 1954, que dispõe sobre a inscrição do Registro Público da emancipação por outorga do pai e mãe; e o Projeto de Lei do Senado n.º 57, de 1954, que dispõe sobre condições de elegibilidade;

— Ao Sr. Camilo Mércio, o Projeto de Decreto Legislativo n.º 2, de 1954, que aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telefógrafos e a firma Companhia Mercantil

Brasileira; e o Projeto de Decreto Legislativo n.º 11, de 1954, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e as Fazendas Reunidas Belarmino Pires Ltda.;

— Ao Sr. Flávio Guimarães, o Projeto do Decreto Legislativo n.º 8, de 1954, que aprova o Acordo Básico relativo à Assistência Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e a Organização Internacional do Trabalho; e o Projeto de Decreto Legislativo n.º 10, de 1954, que aprova o Tratado de Amizade e Consulta firmado entre os Governos do Brasil e de Portugal;

— Ao Sr. Atílio Vivacqua, o Projeto de Lei do Senado n.º 55, de 1954, que dispõe sobre o caso de falecimento de candidato registrado antes da respectiva eleição;

— Ao Sr. Joaquim Pires, o Projeto de Lei da Câmara n.º 137, de 1954, que altera o quadro do pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte; e o Projeto de Lei da Câmara n.º 139, de 1954, que fixa em Cr\$ 3,00 por pessoa a entrada no Cais do Porto do Rio de Janeiro;

— Ao Sr. Anísio Jobim, o Projeto de Lei da Câmara n.º 142, de 1954, que autoriza o Tribunal de Contas a registrar a pensão vitalícia em favor de Teomila Oliveira Neves, Edna Iná de Oliveira e Clélia de Oliveira Lôbo;

— Ao Sr. Luis Tinoco, o Projeto de Lei da Câmara n.º 13, de 1954, que dispõe sobre o salário mínimo dos médicos e dá outras providências; e o Projeto de Lei do Senado n.º 18, de 1954, que dispõe sobre o exercício das funções de Prefeito.

### Sobre a mesa para recebimento de emendas

Nos dias 16 e 19: Projeto de Resolução n.º 38, de 1954, que dispõe sobre a composição das Comissões Permanentes.

### 84.ª SESSÃO. EM 16 DE JULHO DE 1954

#### Oradores inscritos para o Expediente

- 1.º — Senador Alencastro Guimarães.
- 2.º — Senador Gomes de Oliveira.
- 3.º — Senador Costa Paranhos.

### ATA DA 83.ª SESSÃO, EM 15 DE JULHO DE 1954

#### (Extraordinária)

PRESIDENCIA DOS SRS. CAETANO FILHO E ALFREDO NEVES.

As 14,30 horas comparecem os Senhores Senadores:

Waldemar Pedrosa — Prisco dos Santos — Antonio Bayma — Joaquim Pires — Onofre Gomes — Pínio Pompeu — Georgino Avelino — Ferreira de Souza — Ruy Carneiro — Drauld Ernany — Djair Brindeiro — Ezequias da Rocha — Cicero de Vasconcelos — Esperidião de Farias — Carlos Lindemberg — Luiz Tinoco — Alfredo Neves — Alencastro Guimarães — Hamilton Nogueira — Mozart Lago — Bernardes Filho — Nestor Massena — Costa Paranhos — Dario Cardoso — Costa Pereira — Othon Mader — Flávio Guimarães — Roberto Glasser — Gomes de Oliveira — Ivo d'Aquino — Francisco Gallotti — Alfredo Simão — Camilo Meira — (32)

### O SR. PRESIDENTE:

Acham-se presentes 32 Srs. Senadores. Havendo número legal, está, aberta a sessão. Vai-se proceder à leitura da ata.

### O SR. 4.º SECRETÁRIO:

(Servindo de 2.º) procede à leitura da ata da sessão anterior, que posta em discussão, é sem debates aprovada.

### O SR. 1.º SECRETÁRIO:

Lê o seguinte

#### Expediente

##### Ofícios:

— Da Câmara dos Deputados, comunicando a aprovação da emenda desta Casa ao Projeto de Lei da Câmara n.º 47-50.

— Cinco, da mesma Casa, sob os números 1.051, 1.054, 1.114, 1.061 e 1.065, encaminhando os seguintes

### Projeto de Decreto Legislativo n.º 15, de 1954

(4.252-A-54, NA CAMARA)

Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento Federal de Compras e a firma Companhia Importadora e Distribuidora Cidix S. A.

#### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' aprovado o termo de contrato celebrado em 22 de dezembro de 1952, entre o Departamento Federal de Compras e a firma Companhia Importadora e Distribuidora Cidix S. A., para fornecimento de uma lancha a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

— As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

### Projeto de Decreto Legislativo n.º 16, de 1954

(4.250-A-54, NA CAMARA)

Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil S. A.

#### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado, em 24 de agosto de 1951, entre o Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil S. A., para execução do serviço de pagamento dos cupões de juros de apólices, obrigações e títulos de renda federais.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

— As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

### Projeto de Decreto Legislativo n.º 17, de 1954

(4.395-A-54, NA CAMARA)

Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Ecra Limitada.

#### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' aprovado o termo de contrato celebrado, em 19 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Ecra Limitada, para construção

de um prédio destinado à Agência Postal Telegráfica de Jaguaribara, no Estado do Ceará.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

### Projeto de Decreto Legislativo n.º 18, de 1954

(4.270-A-54, NA CAMARA)

Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Paulo Brandão & Cia. Ltda.

#### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado, em 28 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Paulo Brandão & Cia. Ltda., para construção do prédio destinado à Agência Postal Telegráfica de Manhuaçu, no Estado de Minas Gerais, na importância de .... Cr\$ 839.750,00 — (oitocentos e trinta e nove mil, setecentos e cinquenta cruzeiros).

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

### Projeto de Decreto Legislativo n.º 19, de 1954

(4.249-A-54, NA CAMARA)

Mantém a decisão do Tribunal de Contas, denegatória ao registro do contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a firma Irmãos Pangela Limitada.

#### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' mantida a decisão do Tribunal de Contas, que recusou registro ao contrato celebrado, em 19 de novembro de 1951, entre o Ministério da Educação e Cultura e a firma Irmãos Pangela Limitada, para execução de obras no Museu Histórico.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

— As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

São lidos e vão a imprimir os seguintes

#### Pareceres

### Parecer n.º 532, de 1954

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Decreto Legislativo número 13/53, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Juvenal Nogueira de Assis e sua mulher Raimunda Arlinda Nogueira.

Relator: Sr. Anísio Jobim:

1. Em virtude do requerimento n.º 318, de 1954, votou o Projeto de Decreto Legislativo n.º 13, de 1953, a Comissão de Constituição e Justiça para dar parecer sobre o substitutivo, apresentado na dita Comissão de Finanças, pelo nobre Senador Dr. Apolônio Sales, atual Ministro da Agricultura.

O Projeto teve pareceres favoráveis, mantendo a decisão do Tribunal de

Contas denegatória ao registro do mesmo por falta de formalidades, das Comissões de Tomada de Contas da Câmara dos Deputados, da Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Indo à Comissão de Finanças, desta Casa, houve um pedido de diligência do Senador Apolônio Sales, sobre se os serviços previstos no contrato foram realizados. E como as informações do Ministério da Agricultura foram no sentido afirmativo, o mesmo Senador apresentou o Substitutivo, aprovando o dito contrato, contra o decisório do Tribunal de Contas.

2. Justificando a sua emenda n.º 1-C nestes termos:

"Substitua-se pelo seguinte:

Art. 1.º — E' aprovado o termo do contrato celebrado, em 15 de agosto de 1951, entre o Ministério da Agricultura e Juvenal Nogueira de Assis e sua mulher Raimunda Arlinda de Assis, nos termos da Legislação Federal", — diz o eminente representante de Pernambuco que estamos em frente de um caso consumado, e que a única saída que tem o Congresso é aprovar o contrato celebrado, a fim de que possa a União beneficiar-se com o recolhimento da taxa água estipulada na cláusula 3.ª do contrato.

O douto autor do Substitutivo diz do irrealismo no qual nos colocamos em matéria de administração pública e controle dos seus atos.

3. O Tribunal de Contas, ao julgar a matéria, achou conveniente e mesmo imprescindível, realizar diligências no sentido de elucidar o convênio e o formalismo burocrático — que se fizesse a prova de que o signatário Juvenal Nogueira de Assis está quite com o serviço militar; que se remetesse a certidão do imposto de renda extraída em 1951; e que fosse submetido ao Tribunal o contrato a que alude a cláusula 10.ª do termo em causa".

Nenhuma dessas formalidades foi respondida, pelo que aquele Tribunal negou o registro.

Mas o autor do Substitutivo declara que no sertão essas coisas são difíceis de obter, e que os pontos arguidos não são essenciais à validade do contrato, e na quase certeza de que os serviços contratados foram realizados, dá ao mesmo termo de contrato a juridicidade precisa para os efeitos da lei.

4. O Congresso Nacional tem poderes para, arredando certos formalismos exigidos, o que não são essenciais à formação de contratos desta natureza — a execução de serviços de irrigação agrícola no Município do Crato, Ceará, — tem poderes, dizemos, para lhe emporstar validade porque de sua competência fazê-lo.

No caso em apreço é considerá-lo válido por isso que já foi executado, já produziu os seus efeitos.

Seria inconsequente o Congresso, face a essa circunstância, mantendo a decisão do Egrégio Tribunal de Contas.

Vários casos ou precedentes têm nado neste sentido.

Pela constitucionalidade e aprovação do Substitutivo.

Sala Ruy Barbosa, em 14 de julho de 1954. — Dario Cardoso, Presidente; Anísio Jobim, Relator; — Luiz Tinoco. — Joaquim Pires. — Gomes de Oliveira. — Camilo Meira. — Flávio

**EMENDA A QUE SE REFERE O PARECER****EMENDA N.º 1-A**

Insustua-se pelo seguinte:

Art. 1.º É aprovado o termo de ponttrato celebrado, em 15 de agosto de 1951, entre o Ministério da Agricultura e Juvenal Nogueira de Assis e sua mulher Raimunda Arlinda Nogueira, nos termos da legislação federal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

**Parecer n.º 533, de 1954**

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 93-54, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.334.787,00, para atender às despesas resultantes de cumprimento da segurança impetrada em favor de Pedro Mariani Sera e outros.

Relator: Sr. Camilo Mercio.

Em virtude do requerimento do Senador Othon Mader vem a esta Comissão o projeto que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.334.787,00, para atender às despesas resultantes do cumprimento da segurança impetrada em favor de Pedro Mariani Serra, Clarindo Mey, Maurício Monteiro Pereira da Cunha, Ayrton Bittencourt Lobo, Carlos Miguel Garrido e Armando Pereira de Andrade, concedida pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal para que permaneçam como professores em comissão com os vencimentos que vinham percebendo, correspondentes ao padrão O.

De inteiro acordo com a decisão do Supremo Tribunal Federal, que reformou o julgamento proferido pelo Tribunal Federal de Recursos, e com o parecer da douta Comissão de Finanças, opino pela aprovação do projeto. Sala Ruy Barbosa, em 14 de julho de 1954. — Dario Cardoso, Presidente. — Camilo Mercio, Relator. — Joaquim Pires. — Gomes de Oliveira. — Flávio Guimarães. — Luiz Tinoco. — Anísio Jobim.

**Parecer n.º 534, de 1954**

Da Comissão de Construção e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 24, de 1954, que dispõe sobre o provimento em cargos de carreira de nível universitário superior nas Instituições de Previdência Social.

Relator: Sr. Ferreira de Souza.

1. O projeto n.º 24, deste ano, oferecido por eminentes senadores, determina que o provimento dos cargos iniciais de carreira de nível universitário das entidades de previdências social se faça metade por concurso de provas e títulos e a outra metade por seleção entre servidores antigos do quadro permanente, com cinco anos de serviço e escolhidos por merecimento, mediante processo que determina.

2. O estudo da sua constituição jurídica e, mesmo, da sua feição jurídica geral, exige se examine se os funcionários das entidades de previdência social, ou das entidades autárquicas, em geral, se equiparam aos funcionários públicos, e se respectivas investiduras estão sujeitas aos mesmos requisitos que os dos funcionários públicos em geral.

3. A solução desta questão se liga ao conceito jurídico das próprias entidades autárquicas. Não são elas, como muito bem se sustentou, sobretudo entre os franceses, fundações

de direito público, nem se equiparam às pessoas jurídicas de direito privado. São serviços públicos federais personificados. São o Estado com um patrimônio autônomo, uma espécie de patrimônio com fim específico. Através deles, quem age é a entidade pública, ou seja, a União, que criando-os, consente em especializá-los, dando-lhes personalidade jurídica. Para isso considera nos seus fins próprios, na especialidade dos seus recursos e na liberdade de movimentos necessária à sua direção.

A Constituição assim as considera em diversos passos, como no do artigo 48, I.

4. O seu pessoal, portanto, se não deve ser catalogado entre os funcionários *strictu sensu*, por não ser nomeado pelo Presidente da República nem mesmo pelos Ministros de Estado, não se incluir nos quadros das repartições públicas propriamente ditas nem ter as respectivas remunerações fixadas em lei, nada receber do Tesouro nem ter aposentadoria paga pelos cofres públicos, não foge, de maneira absoluta, às normas gerais de tal categoria, em que, assim, se inclui *latu sensu*. Tanto que a todos eles se aplicam as normas do Estatuto dos Funcionários Públicos.

As diversas leis votadas ultimamente pelo Congresso têm timbrado em lhe outorgar os mesmos favores concedidos aos funcionários públicos, inclusive abonos, equiparações de vencimentos, etc., etc.

5. Nestas condições, as normas constitucionais referentes ao provimento dos cargos públicos a elas se aplicam, pois que se trata, realmente, de cargos públicos. E entre elas, não há como fugir à exigência do concurso para os postos iniciais das carreiras, prescrita pelo art. 186, da Lei Magna. Trata-se mesmo aqui de um dos direitos dos indivíduos em geral, a qual, como a do art. 184, bem poderia estar no cap. II, do tit. declaração dos direitos individuais). Realmente, essa exigência constitucional do concurso não traduz apenas, uma conveniência do serviço público, não protege somente o Estado, mas é uma forma de assegurar o direito igual de todos os brasileiros à carreira, a acessibilidade de postos estatais a todos.

6. Assim sendo, não há como admitir o projeto sob o ponto de vista constitucional.

Sala Ruy Barbosa, em 14 de julho de 1954. — Dario Cardoso, Presidente. — Ferreira de Souza, Relator. — Joaquim Pires. — Luiz Tinoco. — Flávio Guimarães. — Atilio Vivacqua.

**Parecer n.º 535, de 1954**

Da Comissão de Serviço Público Civil, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 16 de 1951, que estende a Fiscais de Rendas Federais, lotados na Recebedoria Federal de São Paulo, as obrigações constantes da Lei n.º 1.325, de 23 de janeiro de 1951.

Relator: Sr. Luiz Tinoco.

Apresentado na vigência do antigo Regulamento Interno, vem agora a esta Comissão, por despacho do Presidente do Senado, o presente Projeto n.º 16 de 1951, que dispõe sobre os fiscais de rendas federais lotados na Recebedoria Federal do Estado de São Paulo, estendendo-lhes as obrigações constantes da Lei n.º 1.325, de 23 de janeiro de 1951 (art. 1.º).

2. A Comissão de Serviço Público Civil, chamada a opinar sobre a proposição em apreço no momento em que ela se encontra com a sua segunda discussão já encerrada, tendo sido encaminhada a este órgão conforme ficou esclarecido, por despacho da Mesa

Face ao exposto, é de indagar-se, preliminarmente, se esta Comissão, conhecendo do Projeto em tal e adiantada fase regimental, deverá manifestar-se sobre o próprio Projeto e as emendas ou apenas sobre estas, oferecidas em segunda discussão.

Opinamos, embora omisso o Regulamento, por que este organismo técnico tome conhecimento de toda a matéria atinente à proposição. Se assim não fosse, estaria fraudado ou amputado o seu pronunciamento, que não teria, mesmo razão de ser. Com efeito, como opinar apenas sobre as emendas, se estas têm íntima conexão com o Projeto, e a ele se ligam inseparavelmente, por força dos lances regimentais?

É esta a indagação, que este órgão incumba solucionar, para posterior exame do mérito.

Caso, entretanto, se decida examinar toda a matéria, é este o nosso parecer:

Os decretos ns. 19.827, de 21 de abril de 1931; 21.030, de 5 de fevereiro de 1932 e 24.058, de 28 de março de 1934, criaram, no Ministério da Fazenda, as funções de auxiliares da fiscalização de impostos internos, com lotação no Distrito Federal e nos Estados de São Paulo e Pernambuco. O citado decreto 19.827 definiu-lhes as atribuições, art. 6.º, verbis:

a) velar pela exata observância de todos os preceitos dos regulamentos e leis fiscais aplicáveis, principalmente a mercadorias em trânsito por estradas de rodagem e outras vias terrestres de comunicações;

b) lavrar autos de infração contra os transgressores dessas leis e regulamentos, apreendendo as mercadorias em contravenção, depositando-as nos postos, ou em mãos de particulares pela forma e modos estabelecidos no regulamento do imposto de consumo;

c) apreender, também mediante auto, guias, notas, faturas, rótulos e quaisquer objetos, bem assim estampilhas do imposto de consumo que não correspondam às mercadorias conduzidas e mencionadas nas notas ou faturas a estas relativas, ou ainda quando tais estampilhas apresentem sinais de uso anterior, ou não estejam inutilizadas de acordo com o regulamento citado.

Pelo mesmo diploma (art. 7.º), compete a tais servidores auxiliar os agentes fiscais do imposto de consumo em diligências fiscais de qualquer natureza.

Os Decretos ns. 21.030 e 24.058, já mencionados, ampliam tais medidas, mormente sobre mercadorias em trânsito por estradas de rodagem nos Estados de São Paulo e Pernambuco.

Esses servidores, denominados "Auxiliares de Fiscalização de Impostos Internos", passaram a denominar-se "Fiscais de Renda", por força do Decreto n.º 27.654, de 29 de dezembro de 1949. Se, entretanto, modificou-se a denominação desses servidores, as suas incumbências continuaram as mesmas, já agora ampliadas pela Lei n.º 1.325, de 23 de janeiro de 1951, a qual lhes comete os seguintes deveres (art. 3.º):

\*Aos Fiscais Auxiliares de Impostos Internos, além das atribuições que lhe são conferidas pelos Decretos ns. 19.827 de 21 de abril de 1931 e 24.058, de 28 de março de 1934, compete a fiscalização das mercadorias sujeitas ao imposto de consumo e respectivos efeitos fiscais nas estações ferroviárias, nas estradas de rodagem, nos entrepostos das empresas de transportes rodoviários e urbanos, nas feiras-livres, nas construções em geral e nos veículos em trânsito, bem como a lavratura de autos de infração e apreensão, sempre que se verificarem transgressões dos preceitos fiscais aplicáveis a essas mercadorias".

Observa-se, pelo exposto que os fiscais de renda exercem funções idênticas às dos fiscais auxiliares, com

similaridade de tarefas e pertinência de atribuições, conforme ressalta do Decreto n.º 19.827, preliminarmente citado.

3. O projeto em exame estende a esses fiscais de renda federais as obrigações constantes da Lei 1.325.

A ele foi oferecida emenda constante do primeiro parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça, no sentido de atribuir direitos, além das obrigações, aos servidores abrangidos pelo Projeto.

Esta emenda deveria ter o n.º 1. Entretanto, na segunda discussão foram apresentadas, além desta, mais três emendas, que inexplicavelmente foram numeradas de 1 a 3, quando constituíam, na realidade, emendas de n.ºs 2, 3 e 4.

Feita essa observação com vistas à votação no plenário examinemo-las com a numeração primitiva.

As emendas de n.ºs 1 e 2 são aditivas do art. 1.º do projeto visando a restringir os seus efeitos. Assim estabelecem Projeto e Emendas que a Lei n.º 1.325 é aplicável aos fiscais de rendas federais (Projeto), com exceção do disposto nos arts. 1.º, parágrafo único, 2.º, 3.º e 4.º.

A Emenda n.º 3 é substitutiva do Projeto, dando-lhe nova redação. Examinemo-la em face ao Projeto.

Dispõe este, no seu art. 1.º:

"Art. 1.º Extendem-se aos atuais fiscais de Rendas Federais compreendidos na referência 21, da tabela única de mensalistas do Ministério da Fazenda, que foram nomeados pelos Decretos n.ºs 21.030, de 5 de fevereiro de 1932, e n.º 24.058, de 28 de março de 1934 e se acham lotados na Recebedoria Federal do Estado de São Paulo, as obrigações e direitos constantes da Lei n.º 1.325, de 23 de janeiro de 1951".

Por seu turno, prescreve o substitutivo:

"Art. 1.º Extendem-se aos atuais fiscais de rendas federais do Ministério da Fazenda, nomeados pelos Decretos-leis números 21.030, de 5 de fevereiro de 1932, e 25.058, de 28 de março de 1934, as obrigações constantes da Lei n.º 1.325, de 23 de janeiro de 1951".

Como se vê, a emenda consagra uma redação mais aconselhável ao Projeto, evitando casuismos incompatíveis com um texto de lei, que deve ser claro, conciso e geral.

4. A conveniência do Projeto está em obviar uma situação de fato, outorgando-lhe, portanto, validade legal e, portanto, imprimindo-lhe situação jurídica definida.

Realmente, as incumbências dos Decretos n.ºs 19.827, de 1951, e 24.058, de 1934, foram cometidas aos antigos "auxiliares de fiscalização". Conforme ficou esclarecido, esses servidores têm hoje a denominação de "fiscais de renda", e a eles incumbe, além das atribuições definidas nos mencionados diplomas e nos outros já referidos, o novo dever estabelecido no art. 3.º da Lei n.º 1.325, dispositivo esse já igualmente transcrito.

É natural, pois, que aos fiscais de renda seja aplicado todo o disposto nessa lei. É aliás, o que o Projeto prescreve, embora só se refira a obrigações.

5. Preferimos, entretanto, adotar a Emenda Substitutiva, a qual dá melhor e mais apropriada redação ao Projeto, muito embora lhe ofereçamos subemenda a fls. anexa, substituindo as expressões "as obrigações constantes da" pela expressão: "o disposto na".

6. As emendas de n.ºs 1 e 2 (numeração original) esclarecem a justificação, que o seu objetivo é obviar possíveis inconstitucionalidades existentes no Projeto.

Tal justificativa merece, entretanto, um reparo de natureza regimental. As emendas em causa foram oferecidas em segunda discussão, ao passo que o Projeto teve sua constitucionalidade reconhecida pelo Senado em



Ocasão anterior (discussão preliminar, em 20-9-1951).

Ora, tanto na vigência do Regimento antigo como pelo atual (art. 132, § 1.º), "Reconhecida por voto do plenário a constitucionalidade ou inconstitucionalidade da proposição, não mais poderá ser arguida".

E' o caso *data venia*, das emendas em referência.

7. Por esses fundamentos, a Comissão de Serviço Público Civil se manifesta:

a) pela *aprovação* da Emenda n.º 3 (Substitutiva), oferecida ao Projeto, com subemenda que apresenta:

b) por recomendar ao plenário a rejeição da emenda da Comissão de Constituição e Justiça (entranhada no respectivo parecer), e que se prejudicaria pela aprovação da emenda substitutiva; e

c) pela *rejeição* das Emendas n.ºs 1 e 2 (numeração original).

E' o parecer.

Sala das Comissões, 9 de julho de 1954. — *Nestor Massena*, Presidente, em exercício. — *Luiz Tinoco*, Relator. — *Djair Brindeiro*. — *Vivaldo Lima*.

#### SUBEMENDA — À EMENDA N.º 3

Substitua-se na Emenda n.º 3, a expressão:

"as obrigações constantes da"

pela seguinte:

"o disposto na" colocando no singular o verbo estender, pôsto no início do artigo.

*Luiz Tinoco*

#### EMENDA N.º 1

No artigo 1.º onde se diz "as obrigações constantes da Lei n.º 1.325", diga-se: as obrigações e direitos constantes da Lei n.º 1.325.

#### Pareceres ns. 536 e 537, de 1954

N.º 536, de 1954

Da Comissão de Constituição e Justiça — sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 45-54, que denomina *Melo Viana* o aeroporto de Três Corações. Relator *Sr. Camilo Mercio*.

Pelo projeto, da autoria do nobre Senador *Nestor Massena*, denominar-se-á *Melo Viana* o aeroporto de Três Corações no Estado de Minas Gerais.

Justificando-o transcreve o seu autor um editorial do jornal o *Estado de Minas*, de Belo Horizonte, em que vem demonstrada a brilhante atuação daquela eminente figura de político, recentemente desaparecido, salientando ter sido ele um impulsor da aviação comercial naquele Estado.

Considerando de todo justa e merecida a homenagem que se pretende prestar a quem foi indiscutivelmente uma das mais destacadas figuras de nossa vida política e que tantos serviços prestou ao Brasil, opino, nada opondo à sua constitucionalidade, pela aprovação do projeto.

Sala Ruy Barbosa, em 7 de junho de 1954. — *Dario Cardoso*, Presidente. — *Camilo Mercio*, Relator. — *Joaquim Pires*. — *Flávio Guimarães*. — *Gomes de Oliveira*. — *Anísio Jobim*.

N.º 537, de 1954

Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 45, de 1954.

Relator: *Sr. Antônio Bayma*.

Da autoria do nobre Senador *Nestor Massena*, tem por objetivo o Projeto de Lei em apêço, dar a denominação de *Melo Viana* ao aeropor-

to de Três Corações, em Minas Gerais.

Sobre a matéria já se pronunciou favoravelmente a douta Comissão de Justiça desta Casa.

Brasileiro dos mais eminentes, o nosso saudoso colega, que ocupou os mais destacados postos da vida pública nacional, sempre soube emprestar em todos eles, as luzes de sua inteligência e do seu grande patriotismo.

Conheci o eminente Senador mineiro, tendo mesmo privado de sua intimidade.

Dessa intimidade e desse conhecimento posso atestar-lhes as peregrinas qualidades de espírito sempre postas a serviço do Brasil e de sua querida terra.

A homenagem que seus coestaduanos lhe desejam prestar é, pois, das mais justas, não só pelos títulos que tanto lhe exalçaram a atividade pública, como, no caso, pelo fato de ter sido ele um grande impulsor da aviação no Estado montanhês.

Como bem assinalou o editorial do "Estado de Minas", que serviu de justificativa ao Senador *Nestor Massena* para o seu projeto, "foi ao tempo da administração do *Sr. Melo Viana*, como governador de Minas, que se inaugurou a primeira linha aérea entre Belo Horizonte e o Rio. Essa iniciativa teve da parte dele o incentivo sem o qual não teria sido possível efetivá-la".

Como se vê, foi *Melo Viana* um verdadeiro pioneiro da aviação em sua terra e a esse preito que se pretende render, em boa hora, não poderá deixar de solidarizar-se o Senado da República a que tão dignificadamente serviu e honrou.

Somos, assim, pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 14 de julho de 1954. — *Onofre Gomes*, Presidente em exercício. — *Antônio Bayma*, Relator. — *Alencastro Guimarães*. — *Othon Mäder*.

#### Parecer n.º 538, de 1954

Da Comissão de Finanças ao projeto de lei da Câmara n.º 53, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.908.429,00 para atender a despesas com o pagamento de gratificação aos professores civis do Magistério Militar.

Relator: *Sr. Joaquim Pires*.

Este projeto de lei, oriundo de mensagem do Chefe do Poder Executivo ao Congresso Nacional, autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 2.908.429,00 para pagamento de gratificações devidas aos professores civis do Magistério Militar.

Como no processo relativo ao projeto — e ao mesmo apenso — houvessem pareceres dos órgãos competentes do próprio Executivo, muito discordantes entre si a respeito do direito dos beneficiados de receberem a gratificação estipulada, e, ainda, não houvesse a Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados se manifestado sobre a matéria, esta Comissão achou conveniente que fosse o projeto remetido à Comissão de Constituição e Justiça desta Casa para, dar parecer sobre o mesmo.

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça foi favorável, concluindo não haver, no projeto, vício que possa inquirir-lo de inconstitucional ou ilegal.

Nessas condições, uma vez que a autorização para abertura de crédito é simples, consequência de direito já reconhecido, a Comissão de Finanças opina favoravelmente, a este projeto de lei.

Sala Joaquim Murinho, 7 de julho de 1954. — *Ivo d'Aquino*, Presidente. — *Joaquim Pires*, Relator. — *Antônio*

*Bayma*. — *Nestor Massena*. — *Costa Paranhos*. — *Euclides Vieira*. — *Plínio Pompeu*. — *Carvalho Guimarães*. — *Esperidito de Faria*.

COMPARECEM MAIS OS SRS.

SENADORES:

*Vivaldo Lima* — *Anísio Jobim* —

*Olavo Oliveira* — *Atílio Vivacqua* —

*Pereira Pinto* — (5)

DEIXAM DE COMPARECER OS

SRS. SENADORES:

*Alvaro Adolpho* — *Magalhães Ba-*

*rata* — *Victorino Freire* — *Arêa Leão* —

*Mathias Olympio* — *Kerginaldo*

*Cavalcanti* — *Velloso Borges* — *Mar-*

*tiniano Fernandes* — *Novaes Filho* —

*Julio Leite* — *Durval Cruz* —

*Walter Franco* — *Landulpho Alves* —

*Aloysio de Carvalho* — *Pinto Alei-*

*zo* — *Sá Tinoco* — *Bernardes Filho* —

*Levindo Coelho* — *Cesar Vergueiro* —

*Marcondes Filho* — *Euclides*

*Vieira* — *Silvio Curvo* — *João Villas-*

*bôas* — *Vespasiano Martins* — *Al-*

*berto Pasqualini* — (25)

#### O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do Expediente. Tem a palavra o nobre Senador *Hamilton Nogueira*, primeiro orador inscrito.

#### O SR. HAMILTON NOGUEIRA:

(Não foi revisto pelo orador) — *Sr. Presidente*, a cultura brasileira tem sofrido neste ano grandes perdas com a falecimento de ilustres representantes dos diversos ramos da atividade do espírito.

Ainda ontem nos surpreendeu a morte de um dos mais eminentes professores brasileiros, o *Sr. Angioni Costa*.

No ramo da Arqueologia foi, indiscutivelmente, o pioneiro no Brasil. Seus estudos iniciais, suas pesquisas enriqueceram a etnografia e a etnologia; mas o pesquisador transportou o resultado de suas experiências para livros de grande valor, que abriam a bibliografia brasileira nos assuntos de sua especialidade.

Na *Coleção Brasileira* ressaltam dois trabalhos notáveis: "A Introdução à Arqueologia Brasileira" e outro livro de grande mérito sobre migrações e culturas indígenas.

Posteriormente, publicou sua "Indologia". Não ficaram, porém, as obras do grande mestre apenas no ramo da sua especialidade. Foi também escritor de fato. Dois livros podemos citar que permanecerão como dos melhores da nossa literatura — "Roteiro dos Andes", e o publicado três dias antes de sua morte, "O Espírito e o Nervo do Mundo Latino".

Pesquisador e escritor, era também *Angioni Costa* professor no Museu Histórico Nacional da especialidade que escolheu: arqueologia de onde nasceu o estudo dessa disciplina.

Na vida civil era encantador, de espírito jovem. Ainda ontem, conversando com um de seus filhos, dizia-lhe o professor *Dante Costa* catadrático de Higiene na Faculdade Nacional de Medicina, que nunca tivera a impressão de seu pai ser mais velho que ele, tal a alegria com que sempre conversava com os filhos e amigos.

Em relação aos amigos, era de absoluta lealdade.

Lembro-me, *Sr. Presidente*, ter dito certa vez algumas palavras, um pouco fortes, — é claro que no setor político, porque não intervenho na vida privada de quem quer que seja — a propósito do *Sr. João Mangabeira*. No mesmo dia, recebi telegrama de protesto de *Angione Costa*.

Ora, *Sr. Presidente*, esses gestos de lealdade para com os amigos, na hora do sofrimento, servem, realmente, para valorizar o homem e a lealdade é uma das características desse ilustre representante do Estado de V. Ex., o Rio Grande do Norte.

Como disse, a nossa cultura está sendo desfalçada de valiosos elementos, e quero deixar aqui, neste pequeno discurso, minha homenagem a um dos homens mais nobres dessa estirpe espiritual da minha geração; a um dos homens que tanto a engrandeceram e elevaram a comunidade.

Citei várias vezes, no Senado, o conceito admirável da escritora francesa, *Elizabeth Leser*. As coisas belas porém, devem ser constantemente repetidas.

A ilustre escritora, no seu livro admirável *Jornal e Pensamento de Cada Dia* e em *Cartas sobre o Sofrimento*, teve este conceito: "toda alma que se eleva, eleva o mundo".

*Angione Costa* elevou a cultura brasileira, porque era uma grande alma, que derramava claridade em torno dos que o cercavam.

Esta a minha homenagem ao ilustre brasileiro ontem falecido.

#### O SR. PPRESIDENTE:

Continua a hora do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador *Othon Mäder*, segundo orador inscrito.

#### O SR. OTHON MÄDER:

(Não foi revisto pelo orador) — *Senhor Presidente*, há poucos dias, o *Sr. Presidente* da República baixou decreto nomeando a *Diretoria do Instituto Brasileiro do Café*, contemplando elementos de todos os Estados Cafeeiros, exceto o *Paraná*. De lá fazem parte dois representantes do Estado de São Paulo e dois do *Minas Gerais*; o *Espírito Santo* e os demais pequenos Estados produtores de café, têm um representante.

Excluído da direção do *I. B. C.*, não seria possível ao *Paraná* aceitar sem protesto situação que tanto o enfraquece e rebaixa. O meu Estado é, apenas no corrente ano sua safra será inferior à de *Minas Gerais*, porque, como todos sabem, o *Paraná* foi flagelado por grandes geadas, que destruíram os cafeais e a quase totalidade da safra deste ano.

Então de um ano, porém, o *Paraná* retomará a posição primitiva, e em dois anos esperamos nivelar nossa produção anual à do Estado de São Paulo, atingindo sete milhões de sacas.

Pois bem, *Sr. Presidente*, a um Estado nessas condições, segundo produtor de café e de divisas para o Brasil, que possui o segundo porto exportador de café — o de *Paranaguá*, — foi considerado e completamente esquecido na organização da *Diretoria do Instituto Brasileiro do Café*.

Não nos conformamos, portanto, com a situação, e desta tribuna lançamos nosso mais veemente protesto contra a deprimento exclusão do Estado do *Paraná*.

*Sr. Presidente*, essa notícia causou alarme e profunda tristeza no meu Estado, e disso dão testemunho os telegramas que tenho recebido, e dos quais destaco dois, porque representam exatamente a *tristeza* e o comércio do café do Estado do *Paraná*.

Diz o primeiro telegrama, assinado pela Associação *Paranáense* dos Cafeicultores:

"A Associação *Paranáense* dos cafeicultores, expressando o pensamento dos produtores de café em nosso Estado, solicita sua colaboração para a defesa da safra do *Paraná* na *Diretoria do Café*. São Paulo teve dois, *Minas Gera.* dois e *Espírito Santo* um."

A preterição do representante da nossa cafeicultura na direção do *supra*, o *Brasil*, do café do *Brasil*. Esperamos que a sua vez repõe tal ato, outra preterição para um estaduano ocupar posto de eminência na administração federal. Tal atitude feriu

fando o espírito dos cafeicultores paranaenses. Respeitosas saudações. Dr. Francisco Nauffal, Secretário Geral".

O segundo telegrama é do Centro de Comércio de Café de Paranaguá, que representa a totalidade dos comerciantes que negociam com café no meu Estado, e são, também, exportadores do produto.

Esse telegrama: "Transcrevemos o telegrama que nos encaminhando ao Sr. Presidente da República: "O Paraná, com seus oitocentos milhões de cafeeiros, demonstração viva da pujança econômica, constituindo uma das vigas mestras onde se assenta a grandeza do nosso país, recebeu entardecido a sua preterição na composição da nova Diretoria IBC. Ante tamanha injustiça e embora com acatamento e respeito que V. Ex.<sup>a</sup> é merecedor não podemos silenciar motivo por que vimos expressar a nossa magua e o nosso profundo desgosto por essa lamentável exclusão. "Solicitamos o apoio do ilustre representante do Paraná, no sentido de difundir o nosso protesto. Saudações do Centro de Comércio de Café de Paranaguá. — João Ferraz Campos, Presidente. — Regis Constantino, Secretário".

Sr. Presidente, aí está expresso o protesto das classes interessadas, lavradores e exportadores de café de meu Estado. Todos reclamam energicamente contra esse ato que não consigo qualificar. Não sei por que o Paraná, sem favor um dos grandes produtores de café do Brasil, se viu excluído do quadro da direção do Instituto Brasileiro do Café! (Muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Costa Paranhos, que dispõe dos oito minutos finais da hora do expediente.

OSR. COSTA PARANHOS: (Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, aproveito a oportunidade para endossar as palavras do nobre Senador Othon Mader, quanto à exclusão do Paraná da Diretoria do Instituto Brasileiro do Café...

O Sr. Othon Mader — Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

O SR. COSTA PARANHOS: ...e faço esta declaração porque tive a felicidade de ser convidado por Vossa Excelência, Sr. Presidente, para integrar a comitiva que visitou o Paraná na semana passada. Foi, para mim, oportunidade magnífica, porque fiquei conhecendo uma das mais futuras regiões do Brasil, não só pela extensão territorial e riquezas naturais, como pela fertilidade de sua terra prodigiosa.

Sr. Presidente, assim como eu, V. Ex.<sup>a</sup>, os nobres Senadores Alfredo Neves e Esperidião de Farias e os demais membros da comitiva, ficamos surpreendidos com a riqueza do solo paranaense.

Encantou-me percorrer cidades que surgiram de um dia para outro, atendo a pujança e operosidade do paranaense. Por essa razão endosso, como deurel, as palavras do nobre Senador Othon Mader.

Encontramos, no Paraná, o espírito de trabalho de que tanto necessita o Brasil; um moço de grande capacidade realizadora, o Governador Pinho da Rocha, homens de peito aberto e de mangas arregaçadas, que enfrentam corajosamente as maiores dificuldades, confiantes no futuro daquele Estado e, conseqüentemente, da nossa Pátria.

Estaré, repito, ao lado da bandeira paranaense em todas as suas reivindicações, visto reconhecer que, amparando o Paraná, principalmente através da construção de estradas — de que tanto necessita para o escoamento de sua produção, — estaremos prestando grande serviço ao Brasil.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem; muito bem.)

#### O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, parece-me que ainda não há número para as votações.

Como, entretanto, o quorum necessário possivelmente será alcançado dentro de poucos minutos — e a Secretaria do Senado está providenciando neste sentido — consulto a Vossa Excelência sobre a possibilidade de serem levantados os trabalhos por vinte minutos.

Esclareço, desde já, que, em caso afirmativo, aproveitaria esse lapso de tempo para, como relator designado para o projeto que dispõe sobre o salário mínimo, ouvir meus colegas da Comissão e me preparar para proferir o respectivo parecer, no momento oportuno.

#### O SR. PRESIDENTE:

Respondendo à questão de ordem formulada pelo nobre Senador Mozart Lago, a Mesa informa que, realmente, ainda não há número para as votações.

Como, entretanto, figuram na Ordem do Dia matérias em discussão, não há motivo para a interrupção dos trabalhos.

Sobre a mesa requerimento, que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

#### Requerimento n.º 372, de 1954

Requeremos urgência, a fim de que tenha o andamento previsto no art. 155 § 3.º, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 105, de 1954, que regula a estabilidade do pessoal estranumerário da União e das autarquias.

Sala das Sessões, em 15 de julho de 1954. — Alfredo Smith. — Camilo Mércio. — Flávio Guimarães. — Alencastro Guimarães. — Ezequias da Rocha. — Djair Brindeiro. — Roberto Glasser. — Waldemar Pedrosa.

#### O SR. PRESIDENTE:

O requerimento será apreciado no final da Ordem do Dia. Sobre a mesa outro requerimento, que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

E' lido e apoiado o seguinte

#### Requerimento n.º 371, de 1954

Nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, em combinação com o art. 126, letra c, do Regimento Interno, requero inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara n.º 3, de 1954, cujo prazo, na Comissão de Finaças, já se acha esgotado. Sala das Sessões, 15 de julho de 1954. — Djair Brindeiro.

#### O SR. PRESIDENTE:

O Requerimento será apreciado no final da Ordem do Dia. Passa-se à matéria constante da

#### ORDEM DO DIA

A lista de presença ainda não acusa número para votações. Passa-se, assim, às matérias em discussão.

Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 42, de 1954, que dispõe sobre a fixação de salário mínimo (em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 335, de 1954, do Sr. Othon Mader e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 9-7-54), dependente de pareceres das Comissões de Constituição e Justiça; Legislação Social; Economia.

#### O SR. PRESIDENTE:

Vai ser lido o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto.

E' lido o seguinte

#### Parecer n.º 539, de 1954

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o projeto de Lei do Senado n.º 42, de 1954, que dispõe sobre a fixação do salário mínimo.

Relator: Sr. Gomes de Oliveira.

1. O Projeto começa, em seu artigo primeiro, reproduzindo os dispositivos da Constituição (art. 157) sobre salário mínimo, quando ao seu conceito, à sua unicidade, em cada região, à sua uniformidade, sem distinguir sexo, idade, nacionalidade, estado civil ou nacionalidade, inclusive qualidade ou horário.

A seguir, estabelece que a iniciativa de lei sobre salário mínimo caberá ao Conselho de Economia que encaminhará proposta em fundamentado relatório, à Câmara dos Deputados.

Para esse fim, o Conselho requisitará ao Executivo os elementos de que precise, e promoverá no país, inquéritos que lhes permitam orientar o seu trabalho.

Independentemente das sugestões necessárias aos fins da lei, diz o artigo 3.º, é sempre que o julgar oportuno, o Conselho deverá enviar, quinzenalmente, ao Congresso exposição fundamentada no sentido de ser mantido ou modificado o salário mínimo.

No art. 4.º admite que o Congresso tenha iniciativa de projeto sobre esta matéria, mas faz depender a sua tramitação de informação prévia do Conselho de Economia.

Na justificativa do projeto, o seu ilustre autor, Senador Nestor Masena, diz que o seu propósito é regular a matéria referente ao salário mínimo, por entender que ela ainda não o foi consoante os termos da nova Constituição.

Dessa proposição resultam três questões que haveremos de encerrar e resolver nesta Comissão:

a) Existe lei a respeito do salário mínimo e está ela de conformidade com a Constituição?  
b) O Congresso, podendo alterar os termos dessa lei, pode alienar de si a faculdade de iniciar um projeto de lei com essa finalidade, para confiar a iniciativa ao Conselho Nacional de Economia ou a outro órgão do poder público?

c) O Congresso pode subordinar a tramitação de sua iniciativa à audiência prévia do referido Conselho ou de outro órgão?

2. O salário mínimo já havia sido consagrado na Constituição de 1934 (artigo 121, § 1.º, letra a) como matéria a ser fixada em lei.

Veio então a Lei n.º 185, de 14 de janeiro de 1936, e regulou a forma de fixação desse salário.

E o fez começando por criar comissões de salário mínimo, uma em cada Estado, no Distrito Federal e no Território do Acre, as quais seriam constituídas de 5 ou 11 componentes e em partes iguais de representantes de empregados e empregadores, indicados pelas respectivas associações de classe, sob a presidência de pessoa que fosse indicada pelo Presidente da República. Depois de longas investigações e publicidade ampla, as comissões deveriam encaminhar ao Ministro do Trabalho as suas conclusões sobre o "quantum" do salário a ser fixado. O Ministro, por sua vez, encaminharia ao Presidente da República o projeto do decreto instituindo o salário mínimo, em cada região do país, o qual, uma vez decretado, entraria em vigor, 60 dias após a sua publicação.

Como se vê, esta lei, elaborada pelo Congresso, em 1936, estabeleceu com abundância de detalhes, as condições

em que o salário mínimo deveria ser fixado. Mas, deixou essa fixação ao Poder Executivo.

3. Tivemos depois, já no regime do chamado Estado Novo, um decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho.

Neste diploma vemos novamente regulado o instituto do salário mínimo, praticamente, nos mesmos termos em que o havia feito aquela lei e a providência final do processo para a fixação do salário, isto é, essa própria fixação, foi também aí, deixada ao Poder Executivo.

E a validade do dispositivo (artigo 115) que outorgou essa faculdade ao Executivo é que constitui a questão a ser dirimida.

Nem outra é a dúvida ora sub-judice, suscitada em mandado de segurança, impetrado ao Supremo Tribunal Federal, para anular o Decreto n.º 35.450, de 1 de maio último, do Sr. Presidente da República, que fixou novos níveis de salário mínimo para os trabalhadores do país.

Emerge daí uma questão sobre delegação de poderes.

Poderia o Poder Legislativo deixar ao Executivo essa faculdade?

Não estaremos aí diante de uma delegação de poderes vedada pela Constituição em seu artigo 36, § 2.º?

4. Preliminarmente, porém, haveremos de tirar as dúvidas implícitas no projeto e expressas na justificativa, quanto à validade do referido decreto-lei que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho.

A Constituição de 1934, no artigo 187, revigorava as leis que não contrariarem as disposições nela contidas, e no artigo 18 das suas Disposições Transitórias, aprovou expressamente, os Atos discricionários do Governo Provisório que presidiu à vida administrativa do país de 1930, até a data em que a Constituição foi promulgada.

Na Constituição de 1946 não vemos dispositivos semelhantes, e isso, naturalmente porque de perneio, vigorou a Constituição de 1937, repudiada pela Constituinte de 1946, mas de qualquer forma, um diploma em que se fundamentou largo período da vida jurídica da nação.

Não podia, por isso, ser dada como inexistente, pois, com a nulidade dela ruiria grande parte da estrutura da nossa organização jurídica.

O silêncio, pois, da Constituição de 1946, respeito aos atos, inclusive leis (Decretos-leis) do regime vigente no país até outubro de 1945, não pode deixar de ser entendido como aprovação.

A Constituição de 1946, portanto, calando, os admitiu, mesmo porque nulidades não se subentendem; não de ser expressas.

Nem outro é o entendimento de tribunais e do Congresso, quando aqueles julgam, e este legisla sobre decretos-leis expedidos pelo governo, desde 10 de novembro de 1937 até 18 de setembro de 1946, data em que foi promulgada a nova Constituição.

Só não se aplica ou não se admite o ato ou parte dele que esteja em conflito com a lei básica.

A própria Consolidação das Leis do Trabalho tem sido emendada por leis elaboradas no Congresso, vencendo o rigor das exigências em que se encaram, nas Comissões de Justiça das duas Casas do Congresso, os aspectos constitucionais de cada projeto.

E, se inválidos fossem os atos praticados durante o Estado Novo, ficariam de pé os que o houvessem sido, o regime da Constituição de 1934.

E' então, apareceria a Lei n.º 185, de 1936 referida, com disposição idêntica à da Consolidação das Leis do Trabalho em que se alicerça o Decreto de 1.º de maio último, mantendo a competência do Presidente da República para fixar o salário mínimo.

Mas concluímos afirmando que a Consolidação das Leis do Trabalho,

que ora regula a instituição do salário-mínimo, está de pé.

Existe, pois, lei a respeito. De qualquer forma, caberá então indagar se ela está de acordo com a Constituição, na parte, ao menos, que regula o salário-mínimo.

As dúvidas surgiram do ato (Decreto n.º 35.450, de 1.º de maio) do Sr. Presidente da República que fixou novo salário-mínimo aos trabalhadores.

Neste ponto, apenas, da Consolidação, quando esta confere ao Poder Executivo, como aliás a Lei de 1936, já o fazia competência para fixar o salário, é que ela é inquirida de inconstitucional, porque se pretende haja aí uma delegação de Poderes do Legislativo ao Executivo, vedada pela Constituição.

Como, porém, se há entendido o princípio da indelegabilidade entre nós, e no estrangeiro, em face de casos tais?

5. Esse princípio provém de outro — o da separação ou divisão dos poderes na organização política, instituída nas democracias modernas, sob a influência da vitoriosa doutrina de Montesquieu, de modo que Executivo, Legislativo e Judiciário se contenham dentro das funções próprias de cada um.

E, se tem profligado termo "separação" para uma preferência ao termo "divisão", pois que aqueles poderes, em regra, não são separados, mas coexistem dentro de uma harmonia indispensável, como órgãos que são de um mesmo corpo. E dessa harmonia se verificariam contatos e cooperação em que, por vezes, seja necessário um, desempenhar função que, estritamente, seria de outro.

Vemos, por isso, Themistocles Cavalcante, o Clóvis Bevilacqua do nosso Direito Constitucional e Administrativo, pela clareza e precisão dos conceitos, dizer:

"O princípio da independência" pressupõe, um rigor técnico que leva às vezes a graves consequências, e a uma separação extremada dos poderes, tirando, ao seu funcionamento uma elasticidade sempre recomendável e que seria melhor atingida, com uma divisão de poderes, que não fechasse a legislação ordinária, o uso de processos de organização mais racionais. Mesmo nos Estados Unidos onde sempre teve aplicação o princípio de separação de poderes, a prática constitucional permitiu maior elástico ao sistema.

Esta racionalização do mecanismo tem se processado principalmente através das delegações legislativas que, em toda a parte, tem vindo a reação" (A Constituição Federal Comentada, vol. 1.º, 2.ª ed. página 448 — Comentário ao art. 36).

Carlos Maximiliano, por sua vez observa:

"Por atenderem menos a doutrinas abstratas do que à realidade inelutável, os italianos, suíços e alemães, embora reconhecendo serem as delegações contrárias aos princípios de Direito Público, aceitavam-nas e justificavam-nas como necessidade prática.

Entendem que se não opera uma renúncia de funções porque o Congresso autoriza o Presidente a elaborar um decreto e estabelece os moldes em que será vazado o trabalho do Executivo. Limita-se, portanto, a incumbir do desempenho de parte da sua tarefa uma entidade mais apta para produzi-la nos termos das instruções recebidas. Logo a *genesis jurídica da lei encontra-se ainda na vontade do Poder constitucionalmente competente*".

"Da luta, entre correntes diversas, a respeito da incompatibilidade entre Delegação de atribuições e a doutrina de Montesquieu, resultou meio termo razoável: não se admitiria a subordinada a requisitos amplos e expressos. Por exemplo: a) o Poder Executivo autorizado a reorganizar o

Ensino Superior, sobre as seguintes bases:

Os casos como os da letra a rubricam como inconstitucionais: o Congresso, sob o regime de 1891, os repelia sempre.

Evidentemente, a Constituinte de 1946 se inspirou na tradição jurídica, alienígena e brasileira. Em verdade, o art. 36, § 2.º, deve ser interpretado acorde com o art. 87, n.º 1, que segue a regra universal: outorga ao Presidente da República especial competência para Regulamentar.

No exemplo sob letra b, toda controvérsia desapareceria ante esta redação: Fica o Poder Executivo autorizado a dar novo Regulamento ao Ensino Superior, sobre as seguintes bases...

De fato, a causa do combate às delegações residia no receio de ampliar o arbítrio do Executivo, aumentando os perigos para a liberdade e o patrimônio dos cidadãos; fidos, porém, os limites da autorização e expedido o decreto respectivo, resultaria, ao contrário, restringido o campo da atividade discricionária do Presidente e dos Ministros". (Comentários à Constituição Brasileira, vol. I, 5.ª edição, pág. 409-411 — Comentários ao art. 36).

Vejamos ainda a orientação do direito americano. Em 1916, dizia Elihu Root:

"There is one field of law development which manifestly become inevitable. We are entering upon the creation of a body of administrative law quite different in its machinery, its remedies and its necessary safeguards from the old methods of regulation by specific statutes enforced by the courts.

As any community passes from simple to complex conditions, the only in which government can deal with the increased burdens thrown upon it, is by the delegation of power to be exercised in detail by subordinate agents, subject to the control of general directions, prescribed by superior authority. The necessities of our situation have already led to an extensive employment of that method.

The Interstate Commerce Commission, the State Public Service Commission, the Federal Trade Commission, the powers of the Federal Reserve Board, the health department of the states and many others supervisory offices and agencies are familiar illustration". (Cit. em "American Administrations" p. 8 — de Bernard Schwartz).

The line, diz — John Marshall has not been exactly down (demarcada) which separates those important subjects, which must be entirely regulated by the Legislature, itself from those of less interest, in which a general provision may be made and power given to those who are to act under such general provisions to fill up (completar) details". (Ibidem, p. 20).

E não falta quem entenda que, em certos casos, comuns aliás, na jurisprudência americana, não há propriamente delegação de poderes legislativos, mas a "quase" delegation negando-se mesmo haja delegação por força de circunstâncias. E de notar-se a propósito, o *stogismo* do professor Cushman: *Major premise: Legislative power cannot be constitutionally delegated by Congress. Minor premise: It is essential that certain powers — be delegated to administrative officers and regulatory commissions conclusion: Therefore, the powers thus delegated are not legislative powers.* (Ob. cit. p. 20).

E mais decisiva é a orientação dos que entendem ser ato de execução os praticados pelo Executivo, em decorrência de lei que haja estabelecido as condições em que deva ele ser praticado.

Pontes de Miranda, comentando a deliberação da Comissão de Justiça da Câmara, favorável a um projeto que deixava ao Presidente da República a faculdade de fixar a quota mínima de compra de trigo nacional pelos moinhos, diz:

"A doutrina da Comissão de Constituição e Justiça era verdadeira naqueles casos em que a fixação da percentagem ou quota constitui ato de execução, isto é, em que ao Poder Executivo se concedeu apreciar elementos de fato, dentro de certos critérios estabelecidos, explícita ou implicitamente pela lei.

Ainda quando haja liberdade, não absoluta de determinação de percentagem ou quota, o Executivo não recebe delegação, apenas exerce a sua função específica que é executar a lei. Não assim se, para a fixação da percentagem não há critério nos textos legais e se deixou ao arbítrio do Executivo: haverá aí delegação". Schwartz aqui citado, concluiu "del garions, of power must be limited ones — limited either ley legislative prescription of ends and means, or even of details, or by limitations upon the use of the power delegated. The enabling legislation must, in other word, contain a framework within which the executive action must operate". (Ibidem, p. 22).

O Congresso, pois, não viola o princípio da indelegabilidade quando concede ao Executivo certas faculdades, mediante condições que, precisando o objetivo em vista, delimitam ainda a ação do Executivo.

6. Examinemos, entretanto, o princípio dentro das realidades da nossa vida legislativa e judiciária.

Aí, sob três aspectos havemos de encarar-o:

- a) no campo administrativo
- b) no campo econômico
- c) no campo social

a) No campo administrativo, vemos como, na América do Norte se constituíram, desde 1839, as "Rail Road Commissions" e depois outras até abrangerem, em 1907, todas as formas de serviços públicos, com poderes amplos, inclusive de fixarem tarifas mesmo às empresas concessionárias de tais serviços. (Ver Odilon de Andrade "Serviços Públicos e de Utilidade Pública").

Até onde vai, indaga Odilon de Andrade, a competência dessas condições Comissões no julgamento dos fatos?

Em resumo, responde, citando Prenderast, podem elas autorizar operações, mediante justificação de conveniência ou necessidade... fazer composição de tarifas examinando para esse fim, os inventários, ajustes, valiações, determinar a depreciação o capital de operação, o valor de funcionamento as despesas de operação, a percentagem do lucro, aprovar tabelas de preços (Ibidem, p. 111).

Entre nós, por forma expressa já a Constituição, no art. 151, previu também a intervenção do poder público no regime das empresas concessionárias de serviço público, de modo a que as tarifas possam ser revistas e adaptadas ao interesse, não só das empresas mas também do público.

E não vemos como se poderá estabelecer essa regulamentação, a não ser através do Executivo ou de órgão próprios criados em lei.

Nem outra coisa temos feito quando atribuímos no Código de Aguas, ao Presidente da República a faculdade de outorgar concessões, para aproveitamento industrial das fontes de energia hidráulica, mediante, entre outras condições, a fixação de tabelas de preços (tarifas) (Lei número 24.643, de 10 de julho de 1934, arts. 139) (segs).

No campo econômico temos a Comissão Federal de Abastecimento e Preços, criada por lei nossa e cuja finalidade precípua é impor controle à vida econômica em toda a sua extensão, e com atribuição de fixar preços às mercadorias de consumo.

No terreno social vemos os sindicatos, com faculdade, por atribuição legal, de realizar convenções coletivas de trabalho.

E que são essas convenções senão normas sobre salários e outras condições de contrato do trabalho, ampliadas a todas as categorias profissionais e econômicas, isto é, que sujeitam aos membros dos sindicatos acordantes, com a mesma característica, de obrigatoriedade de uma lei, segundo os artigos 616 e 617 da Consolidação das Leis do Trabalho?

Não estará aí também uma delegação do poder feita pelo Legislativo aos sindicatos, para que eles estabeleçam condições de trabalho por forma obrigatória aos seus associados?

No caso do salário mínimo deveria a lei fixá-lo diretamente ou poderia delegar essa função a um órgão administrativo?

Poderia fazê-lo sem dúvida diante dessa tendência do direito, desde que estabelecesse as condições em que deveria ser arbitrado.

Mais do que isso porém, a lei n.º 186, de janeiro de 1936, elaborada pelo Congresso, e, depois, a Consolidação das Leis do Trabalho, cometeram essa função, não a uma Comissão qualquer, mas ao Poder Executivo, depois de, esta última em 40 artigos, estabelecer severamente as condições em que o poderia ele fazer.

E já hoje, temos a notória decisão do Supremo Tribunal Federal considerando constitucional por maioria expressiva o ato do Executivo, que fixou salários mínimos com base na Consolidação.

6. De tudo o que ficou demonstrado acima decorre que entendemos caber ao Poder Legislativo regular as condições do trabalho, isto é, legislar sobre o trabalho (Const. art. 157).

Assim, admitindo que já existe Lei a respeito do salário mínimo, não poderíamos negar a possibilidade constitucional de o Congresso alterar ou revogar essa lei.

O projeto em tela pretende alterá-la ou, praticamente, revogá-la, pois substitui a forma ali estabelecida para a fixação do salário mínimo.

Nada, portanto, há que opor-lhe sob esse aspecto.

Como porém pretende fazê-lo?

Regulando logo a forma por que deva ser fixado o salário, ou fixando-o logo?

Não, o projeto estabelece apenas que ao Conselho Nacional de Economia caberá a iniciativa de qualquer lei sobre essa matéria, ou que a iniciativa de projeto a respeito no Congresso só poderá transitar mediante parecer prévio do mesmo Conselho.

Assim, pois, o Congresso será o elaborador da lei, mas só por iniciativa do Conselho ou após manifestação prévia desta.

Por essa forma o Congresso, no 1.º caso, teria coartado nas atribuições que lhe são próprias de regular, por lei, a matéria. De qualquer modo ele ficaria subordinado sempre a deliberação de um órgão que embora com base na Constituição, é muito menos que um Poder.

Quanto ao artigo 2.º, pois, em que se confere ao referido Conselho, para elaboração de lei sobre salário mínimo o projeto é inconstitucional, pois fere duplamente o artigo 67 da Constituição: a) quando permite iniciativa de projeto de lei a órgão que não o Presidente da República qualquer membro ou Comissão do Senado ou da Câmara; b) quando atribui o Poder Legislativo e mesmo o Exe-



outivo da competência que lhe cabe de iniciar projeto de lei.

O artigo 4.º, ainda que admitindo possa um projeto desse ser de iniciativa do Legislativo ou Executivo restringe-lhes a competência, fazendo depender a tramitação do projeto de parecer do Conselho.

Ora, essa restrição ofende o princípio da independência dos poderes, e é, igualmente, inconstitucional.

7. Respondendo pela negativa, às últimas questões que formulamos, de início, somos pela rejeição do projeto, sob o ponto de vista constitucional.

Sala Ruy Barbosa, em 14 de julho de 1954. — Dário Cardoso, Presidente. — Gomes de Oliveira, Relator. — Flávio Guimarães. — Luiz Tinoco. — Joaquim Pires. — Anísio Jobim. — Atílio Vivacqua, de acordo com a minha declaração de voto. — Ferreira de Souza, vencido. Considero inconstitucionais os arts. 2 e 4, como sustenta o parecer. Mas, ao meu ver, o projeto deveria ser mantido para possibilitar um substitutivo. Trata-se de assunto importantíssimo, quer do ponto de vista econômico, quer do político e administrativo. Tenho ainda restrições sobre o parecer na parte em que sustenta a constitucionalidade da decretação do salário mínimo pelo Poder Executivo.

#### O SR. PRESIDENTE:

Presentes 33 Srs. Senadores, passa-se à votação da matéria constante da ordem do dia.

*Continuação da votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 337, de 1953, que estende aos subtenentes e sargentos que participaram da campanha da Itália, habilitados com o Curso de Comandante de Pelotas, Seção ou equivalente, os benefícios da Lei 1.782, de 24 de dezembro de 1952, que assegura promoção, ao serem aposentados, aos funcionários públicos civis da União e de entidades autárquicas que prestaram serviço militar nas Forças Armadas, durante a última guerra, e dá outras providências em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 308, de 1954, aprovado na sessão de 22 de junho de 1954; tendo pareceres: I — Sobre o projeto: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 35, de 1954, pela constitucionalidade; da Comissão de Segurança Nacional sob n.º 86, de 1954, favorável; da Comissão de Finanças (proferido oralmente na sessão de 18 de maio de 1954), contrário; II — Sobre as emendas de Plenário: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Segurança Nacional, contrário; da Comissão de Finanças, contrário (proferido oralmente na sessão de 12-7-1954).*

#### O SR. PRESIDENTE:

A votação do Projeto foi interrompida quando era apreciada a emenda n.º 3, de autoria do nobre Senador Othon Mader, com parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; e de Forças Armadas, no sentido de constituir projeto em separado; e da de Finanças, contrário.

A Mesa vai submeter ao voto do plenário a preliminar: se a matéria deve constituir projeto em separado.

#### O SR. MOZART LAGO:

*(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente nas duas últimas sessões em que o Senado considerou a preliminar por V. Ex.ª agora anunciada, manifestei-me contrário à sua rejeição: vale dizer, eu era, como o nobre relator do*

projeto, Senador Onofre Gomes, favorável a que a emenda fosse destacada para constituir projeto em separado. Não obstante, tendo estudado melhor o assunto, concordo em que a preliminar da Comissão de Segurança Nacional não seja aprovada pelo Senado e assim votarei. (Muito bem).

#### O SR. HAMILTON NOGUEIRA:

*(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente, meu ponto de vista é o do ilustre Senador Mozart Lago. Estudando, a emenda, vi que era ampliativa e que aprovada, não estabeleceria injustiça. Não votaria, aliás, qualquer outra que visasse tirar o já concedido pela Câmara dos Deputados.*

Assim, voto com o meu distinto colega de representação. (Muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

Em votação a preliminar levantada pela Comissão de Segurança Nacional, no sentido de que a matéria constitua projeto em separado.

Os Senhores Senadores que aprovam o parecer dessa Comissão, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Está rejeitado.

Vai, assim, ser submetida ao Plenário a Emenda n.º 3, com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, e contrário da Comissão de Finanças.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

E' aprovada a seguinte

#### EMENDA N.º 3

No art. 3.º substituem-se as expressões:

“...até o fim do ano de 1945, término da guerra...”  
pelas seguintes:  
“...até o fim do mês de março de 1947...”

#### O SR. PRESIDENTE:

Emenda n.º 4, com pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, favorável, da de Segurança Nacional, para constituir projeto em separado, e da Comissão de Finanças, contrário.

A Mesa vai ouvir o Plenário sobre a sugestão da primeira dessas Comissões.

Os Senhores Senadores que aprovam o parecer da Comissão de Segurança Nacional, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Está rejeitado.

Em votação a Emenda n.º 4, com parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela constitucionalidade e da Comissão de Finanças, contrário.

#### O SR. ONOFRE GOMES:

*(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente a Emenda n.º 4 visa a ampliar o período de realização das promoções para três anos, consequentemente, choca-se com o espírito do projeto e da própria Lei n.º 1.782, de que é extensão, e segundo a qual as promoções devem ser feitas imediatamente.*

Nestas condições, como relator da Comissão de Segurança Nacional, solicitação do plenário que rejeitasse a emenda acompanhando o parecer da Comissão de Finanças. (Muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

Em votação a Emenda n.º 4. Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

E' rejeitada a seguinte

#### EMENDA N.º 4

Acrescente-se onde convier:

Art. As promoções de subtenentes, Suboficiais e Sargentos beneficiados pela presente lei, serão feitas

das dos decretos executivos, dentro de três anos desta data, à medida que os postos, serviços e vagas das resultantes tenham garantia de preenchimento imediato por outros Subtenentes, Suboficiais e Sargentos habilitados em cursos ou concursos, obedecendo-se nessas promoções os critérios gerais e tradicionais nas Forças Armadas, quanto a merecimento e antiguidade.

Parágrafo único. Ao fim de três anos de vigência desta lei, serão promovidos todos os Subtenentes, Suboficiais e Sargentos por ela beneficiados, ainda que não haja número suficiente de habilitados para substituí-los.

#### O SR. PRESIDENTE:

Vai ser votado o Projeto.

Sobre a Mesa um requerimento que vai ser lido.

E' lido e sem debates rejeitados o seguinte

#### Requerimento n.º 373, de 1954

Nos termos do art. 125, letra m, em combinação com o § 1.º do artigo 157 do Regimento Interno, requerio destaque, para votação em separado, do art. 3.º do Projeto de Lei da Câmara n.º 337, de 1953.

Sala das Sessões, 15 de julho de 1954. — Dário Cardoso. — Ferreira de Souza.

#### O SR. PRESIDENTE:

Em votação o projeto, assim emendado.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

E' aprovado e remetido à Comissão de Redação Final, o seguinte

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 337, de 1953

*Estende aos subtenentes e sargentos que participaram da campanha da Itália, habilitados com o curso de Comandante de Pelotas, Seção ou equivalente, aos benefícios da Lei n.º 1.782, de 24 de dezembro de 1952; assegura promoção, ao serem aposentados, aos funcionários públicos civis da União e de entidade autárquicas que prestaram serviço militar nas Forças Armadas, durante a última guerra, e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º São extensivos os benefícios da Lei n.º 1.782, de 24 de dezembro de 1952, aos atuais subtenentes e sargentos que participaram da campanha da Itália, e que já se habilitaram com o curso de Comandante de Pelotas, Seção ou equivalente, ou que venham a fazê-lo.

§ 1.º Os subtenentes e sargentos amparados por esta lei ficarão agregados concorrendo a 50% (cinqüenta por cento) do número de vagas dentro das Armas e Serviços que se derem trimestralmente, no QAO, até o absorvimento total, de acordo com as suas graduações e antiguidade.

§ 2.º As vagas de subtenentes e sargentos, resultantes da presente lei, só serão preenchidas na medida em que se efetivarem, no posto de segundo tenente do QAO, os subtenentes e sargentos que, pela mesma lei, ficarem agregados como segundo tenente.

Art. 2.º São extensivos os benefícios da presente lei aos suboficiais e sargentos da Aeronáutica (1.º Grupo de Caca) que tomaram parte nas operações de guerra na Itália, como integrantes da Força Expedicionária Brasileira e que estejam compreendidos na Portaria número 34, de 12 de fevereiro de 1947, do Ministério da Aeronáutica, e publicada no D. O. de 14

de fevereiro de 1947, assim como aqueles que concluíram com aproveitamento o estágio de instalação de manutenção, reparação e instrução de material rádio (telefone — teletipo) na Base Aérea de Aguadulce (Panamá), na mesma época em que foram feitos os demais estágios constantes da Portaria n.º 34.

Art. 3.º Os mesmos benefícios são extensivos aos subtenentes, suboficiais e sargentos da ativa do Exército e da Aeronáutica que tenham servido na zona de guerra definida pelo Decreto n.º 10.490-A, de 25 de novembro de 1942, e posuam, até o fim do ano de 1945, término da guerra, o Curso de Comandante de Pelotas, Seção ou equivalente.

Art. 4.º Os funcionários públicos civis da União e de entidades autárquicas que prestaram serviço militar nas Forças Armadas durante a última guerra, bem como aqueles que serviram em países beligerantes durante aquele conflito mundial, ao serem aposentados serão promovidos à classe imediatamente superior.

Parágrafo único. Se o funcionário estiver na classe final da carreira ou ocupar cargo isolado terá mais 20% (vinte por cento) sobre os vencimentos.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

*Discussão preliminar do Projeto de Lei do Senado n.º 42, de 1954, que dispõe sobre a fixação do salário mínimo, em regime de urgência.*

#### O SR. PRESIDENTE:

Foram remetidas à Mesa duas emendas. (Pausa).

São lidas e apoiadas as seguintes:

#### EMENDA N.º 1

Redija-se assim o

Art. 2.º A legislação sobre o salário mínimo, ressalvado o disposto no artigo 4.º (em que se reconhece a competência do Presidente da República e das câmaras do Congresso Nacional para a iniciativa de projeto de lei a respeito), poderá ser, em exposição de iniciativa do Conselho Nacional de Economia, nos termos do § 2.º, in fine, do art. 205 da Constituição, sugerida ao Congresso Nacional, por intermédio da Câmara dos Deputados.

#### Justificação

A redação dada à disposição acima desfaz a sua suposta inconstitucionalidade, arguida pela douta Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Esta emenda abre ensanchar à Comissão de Constituição e Justiça para mais demorado exame do projeto, que não deve ser condenado pelo pressuposto de inconstitucionalidade, assentada como premissa exata, mas que exata não é.

Sala das Sessões do Senado Federal, em 15 de julho de 1954. — Nestor Massena.

#### EMENDA N.º 2

Acrescente-se ao artigo 4.º este parágrafo:

“Parágrafo único — O não recebimento de informações solicitadas ao Conselho de Economia dentro do prazo de 15 dias liberará a tramitação do Projeto.”

#### Justificação

Procura a emenda remover a objeção da Comissão de Constituição e Justiça sobre a inconstitucionalidade do artigo 4.º.

Sala das Sessões, em 15 de julho de 1954. — Nestor Massena.

#### O SR. PRESIDENTE:

Está aberta a discussão preliminar do projeto.



## O SR. NESTOR MASSENA:

(Lê o seguinte discurso): — Sr. Presidente, relatando o Projeto número 42, de 1954, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, o nobre e brilhante senador Gomes de Oliveira partiu da premissa que o mesmo é inconstitucional e procurou argumentos para demonstrar o seu ponto de vista.

O projeto, como se sabe por ser notório, funda-se nos artigos 5.º XV, letra "a" pelo qual "competem à União legislar sobre direito de trabalho", e 65, n.º IX, pelo qual compete ao Congresso Nacional com a sanção do Presidente da República legislar sobre todas as matérias da competência da União.

Essa competência geral do Congresso Nacional para legislar sobre o direito do trabalho é, ainda, de modo particular, reiterada no artigo 157, pelo qual a legislação do trabalho e da previdência social obedecerá, além de outros, aos preceitos que visem à melhoria da condição dos trabalhadores, especialmente os do número 1.º desse artigo, sobre salário mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais do trabalhador e de sua família.

Essas disposições, e outras, sobre o salário mínimo, constituem o artigo 1.º do projeto, projeto que visa, pois, atender ao citado número 1.º do artigo 157 da Constituição, e que não pode, assim, ser acolhido de inconstitucional pelo digno relator do Projeto.

2) Não podendo condenar o artigo 1.º do projeto, seu brilhante relator investiu de lança em riste contra o artigo 2.º, assim concebido:

"Artigo 2.º A legislação sobre o salário mínimo será de iniciativa do Conselho Nacional de Economia — (Constituição, artigo 206, § 2.º) em exposição ao Congresso Nacional por intermédio da Câmara dos Deputados".

A disposição constitucional, a que este artigo faz remissão, entre parênteses, é a assim concebida:

"Art. 206. É instituído o Conselho Nacional de Economia, cuja organização será regulada em lei.

§ 2.º Incumbe ao Conselho estudar a vida econômica do país e sugerir ao poder competente as medidas que considerar necessárias".

Ninguém sustentará que é inconstitucional a atribuição assim conferida pela Constituição ao Conselho Nacional de Economia. Observe-se que o artigo 2.º do projeto não atribui ao Conselho Nacional de Economia a competência para apresentar projeto de lei ao Congresso Nacional, mas, apenas, lhe reconhece o direito, constitucional, sem privatividade, expressa ou tácita, de iniciativa, em exposição — textualmente — e não em projeto de lei, que sugira ao Poder Legislativo, o poder competente para legislar, as medidas que considerar necessárias à legislação sobre o salário mínimo. É aliás, o que decorre da leitura do artigo 3.º, seguinte, no qual se estabelece que "independentemente das medidas necessárias aos fins desta lei, apresentadas, quando julgadas oportunas ao Congresso Nacional, pelo Conselho Nacional de Economia, esse Conselho fará, quinzenalmente, ao Poder Legislativo, exposição devidamente fundamentada sobre a conveniência de manter, ou modificar, o salário mínimo nas diversas regiões econômicas do país".

3) Como é de clareza absolutamente clara, a iniciativa do Conselho de Economia a respeito do salário mínimo é iniciativa que precede a do Congresso Nacional ou a do Presidente da República quanto à apresentação de projeto de lei sobre o assunto, e que não prejudica, de modo

algum, a iniciativa dos projetos de lei estabelecida na Constituição. Aliás o projeto de minha autoria não cerceia, como se afirmou ao seu conspícuo relator, o direito de iniciativa do Presidente da República e das câmaras do Congresso Nacional quanto à apresentação de projeto de lei, antes a resguarda expressamente, no artigo 4.º, ao prever a tramitação de qualquer projeto de lei sobre salário mínimo que se não inicie com exposição do Conselho de Economia sobre a matéria.

4) A inconstitucionalidade, pois, do projeto número 42, de 1954, que dispõe sobre a fixação do salário mínimo é uma *trouva* do seu perspicuo relator na Comissão de Constituição e Justiça, que lhe não recomenda os fóros de jurista de merecido renome. Para desfazer qualquer dúvida nesse sentido, ouso sugerir que se esclareça, em emenda ao artigo 2.º, que "a legislação sobre o salário mínimo (ressalvado o disposto no artigo 4.º, em que se reconhece a competência do Presidente da República e das câmaras do Congresso Nacional para a iniciativa de projeto de lei a respeito), poderá ser, em exposição, de iniciativa do Conselho Nacional de Economia, nos termos do parágrafo 2.º do artigo 206 da Constituição, sugerida ao Congresso Nacional, por intermédio da Câmara dos Deputados".

5) Convém assinalar que a iniciativa para a elaboração de lei não é, pela Constituição, privativa do Presidente da República ou de qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Essa iniciativa é, também, da competência, em certos casos, dos tribunais federais (Constituição, artigo 97, n.º I), de poder estadual (Constituição, artigos 7.º, IV e 11, *in principio*, combinados) e, também, do Conselho Nacional de Economia (Constituição, artigo 206, § 2.º).

O que é preciso é não confundir iniciativa concomitante de poderes ou de órgãos desses poderes, com a iniciativa privada de um deles.

O direito constitucional não é ciência de mandarins, defesa aos que o desejam conhecê-lo. Respeitamos muito os nossos mandarins do direito constitucional; mas, não ao ponto de abdicarmos das nossas faculdades de raciocínio e de bom senso, ou de senso comum, que já Rui proclamava ser o menos comum dos sentidos.

6) O que objetivamos com o projeto 42, de 1954, foi regular em lei o texto constitucional sobre o salário mínimo. Ainda quando vigente — o que se nos afigura heresia jurídica — lei sobre a matéria, anterior à atual Constituição e a ela adversa quanto a competência para a elaboração da lei, não há razão que possa impedir ao nosso poder legislativo o direito de legislar a respeito, para estabelecer novas normas para a matéria.

Será, também, inconstitucional essa competência do Poder Legislativo?

O Sr. Gomes de Oliveira — Permite V. Ex.ª um aparte? — (Assentimento do orador) — Aliás, no meu parecer, ressalve este aspecto — que o Poder Legislativo não está impedido de modificar a lei. Primeiro sustentei que havia lei, regulando o salário mínimo, ainda em vigor e constitucional e que, não obstante, o Poder Legislativo não estava impedido de a reformar.

O SR. NESTOR MASSENA — Perfeitamente! Já versamos aqui a matéria e sustentamos, V. Ex.ª e eu pontos de vista opostos.

O Sr. Gomes de Oliveira — Apenas quanto à constitucionalidade vigente.

O SR. NESTOR MASSENA — Não sou cego por não querer ver. Não visto tornar verdade apodítica, o que nem assertórica o é. Mas, também, não consigo contrariar o meu raciocínio para, com falência da evidência, admitir como certo o que inconcusa-

mente não o é. Por maior que seja a autoridade do mestre, não me conformo com o *magister dixit*. Quando esse mestre é, como dizia o florentino, da cor dos que o são, tem-se pezar por não lhe dizer amem às lições. Mas o meu pezar seria maior se me constrangesse a, insinceramente, apoiar proposições que se me afiguram menos exatas, embora apadrinhadas por quem tem dotes de inteligência e de cultura para nos impressionar na defesa de teses a que não podemos dar o nosso assentimento.

Declarar inconstitucional o projeto 42, de 1954, bradaria aos céus em assembleia exclusivamente jurídica; mas o Senado é uma assembleia eminentemente política... E, se a nossa Suprema Corte julgou constitucional o último decreto executivo sobre o salário mínimo, que pasmo pode causar a declaração, aqui, de inconstitucionalidade de um projeto destinado a prática da Constituição?

7) O parecer sobre o projeto relativo à fixação do salário mínimo evoca a fábula que de Pedro teria passado a Lafontaine. Ele teria que sucumbir. Estava escrito. Daí o ser acolhido de inconstitucional. Não o é. Tem de sê-lo. Se não foi ele que turvou a água em que queria se dessedentar o lobo, foi qualquer antepassado... O cordeiro, o anho, tem que ser devorado. Isso é que é essencial a lógica do mais forte. E a falta de outro fundamento o de inconstitucionalidade serve para justificar o sacrifício do projeto. Inconstitucional um projeto que regula a aplicação do texto constitucional e que se serve, para esse fim, quasi que exclusivamente, de normas, de disposições do texto da Constituição!

Este parecer, Senhor Presidente, é obra prima de dissimulação da verdade jurídica e honra o princípio que proclama justificaram os fins colimados os meios empregados para os atingir. Para o caso, só a filosofia de Sancho: — esperemos que amanhã domine sobre a suposta verdade de agora a verdade definitiva, dominadora, avassaladora!

Mudai o natural e ele voltará em seguida. A distorsão de pensamento que presidiu à elaboração do meu projeto é evidente. Examinado afoitamente, pelo regime de urgência a que se acha submetido, nem sequer se atendeu as suas expressões literais e muito menos, à sua finalidade.

O Sr. Gomes de Oliveira — Permite-me V. Ex.ª mais um aparte para contestar-lhe a expressão de que "houve distorsão" do pensamento de V. Ex.ª. Examinei o Projeto, com a isenção que me é peculiar, de homem desapassionado e, comigo, outros membros da Comissão, inclusive os Senadores Ferreira de Souza e Atílio Viçacqua, que debateram longamente a questão, concluíram também por inaceitável o Projeto, tal como está substanciado.

O SR. NESTOR MASSENA — Respondendo a V. Ex.ª, esclarecendo que não afirmei que houvesse distorsão proposital e nem atribui a V. Ex.ª a distorção e sim à Comissão.

O Sr. Gomes de Oliveira — Acrescento que V. Ex.ª tencionasse dizer outra coisa.

O SR. NESTOR MASSENA — Se V. Ex.ª ouvir todo o meu discurso, assim o admitirá.

Assentou-se, por isso, para o seu sacrifício, a premissa da inconstitucionalidade por suposta infelicidade na redação de um dos seus artigos e nem se cogitou, caso existisse, de removê-la, aprimorando qualquer expressão inconveniente. Ao invés de aproveitar-se a iniciativa, como imperativo constitucional, atribuiu-se-lhe a elva de inconstitucional para obrigar a "desto coelhinho à prova de que não é elefante". E como, para dizer-se que é judeu ou mouro quem é legítimo cristão, não se faz mister mais do duas palavras, e para se provar o contrário se fazem necessárias longas explicações e atagões, que não con-

cem aos que não têm interesse de ser convencidos, o melhor caminho, no caso, é abandonar o problema à sanha dos que o não desejam solucionado.

A mim só me cabe saudar os que sacrificam o projeto com o Ave Cesar...

8) Aliás o parecer, a que ora me reporto, não satisfeito em fulminar, por inconstitucional, o projeto, demorou-se em versar a tese da delegação de poderes, para, mais uma vez, defender o recente ato do Poder Executivo que fixou o salário mínimo, assunto não pertinente à proposição de minha autoria e a que só por *acessória* se poderia referir neste momento, pois quando a peça não pode disparar por falta de pólvora não se necessita de outros argumentos para justificar o fato de não poder fazer disparar... salvo quando se presume que aquela afirmação não é suficientemente verdadeira e reclama *acessório* para a sua credibilidade. Quando, porém, o *acessório* é ainda mais *hac*, sob o ponto de vista da procedência, do que o principal, do que o inicial, não podem persistir nem um nem outro, muito embora se consignam, às vezes, fazer confusão no que é claro e indubitável.

9) No caso em foco, o projeto, indubitavelmente constitucional, só deveria ser examinado pela sua *onveniência* e pela sua forma, pela sua redação, esta aprimorável pelas luzes dos doutos incumbidos de julgar do seu merecimento. Não se compreende que o dispor sobre norma constitucional, para a sua necessária aplicação, seja matéria inconstitucional e *inconveniente*, de vez que imprescindível a essa aplicação. Quando não houvesse sido a proposição de iniciativa individual deveria ter sido da comissão incumbida de zelar pelo resguardo da Constituição, comissão essa que nunca deveria se insurgir contra iniciativa nesse sentido, mas colaborar para a sua tramitação pelo Poder Legislativo.

O Sr. Gomes de Oliveira — Permite-me V. Ex.ª mais um aparte? (Assentimento do orador). Realmente, esta foi, inclusive, uma observação do Senador Ferreira de Souza — de que o assunto era de tal importância que talvez deveríamos apresentar um substitutivo.

O SR. NESTOR MASSENA — Este meu ponto de vista.

O Sr. Gomes de Oliveira — Eu mesmo entendo que sendo o assunto importante e reclamando regulamentação legal, não deveríamos rejeitar, *in limine*, um Projeto que contém disposições úteis e nossa cooperação deve ser prestada no sentido de melhorar o Projeto. Minha ponderação foi a de que estávamos em regime de urgência, grande mal, aliás, pois me parece que o assunto mereceria debate e atenção mais demorados. Mas tive tempo, porém, de elaborar um Parecer algo longo, no qual sustentei tese já por mim defendida desta tribuna e que deveria ser encarada no Parecer, além dos aspectos constitucionais.

O SR. NESTOR MASSENA — Já acentuei esse ponto, pois considero que a urgência, realmente, prejudicou-lhe um exame mais ponderado. O requerimento de urgência não foi meu nem lhe opus minha assinatura. Concordei, pois, em que Projeto dessa importância não deveria ser traído em regime de urgência, regime contra o qual sempre me insurrei. Não tô nesta Casa, como na Câmara dos Deputados.

Nesse ponto, estou, pois, inteiramente de acordo com V. Ex.ª e atribui a esse regime o não ter sido possível a apresentação de um substitutivo que atendesse, realmente, aos interesses em vista.

O Sr. Gomes de Oliveira — Mesmo S. Ex.ª, pensando dessa forma, não se dispôs a pedir vis a do Projeto porque, na verdade, não haveria tempo para isso.

O SR. NESTOR MASSENA — Perfeitamente, a urgência não o permitiu.

Para concluir, Sr. Presidente:

19) Não percamos o bom humor neste entressaio. Como o poeta latino, exclamemos:

*Durum! Sed levius fit patientia.*

*Quidquid corrigere est nefas. (Muito bem. Muito bem.)*

Durante o discurso do Sr. Nestor Massena o Sr. Café Filho dizia a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Alfredo Neves

#### O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão.

Tem a palavra o nobre Senador Gomes de Oliveira.

#### O SR. GOMES DE OLIVEIRA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o plenário já ouviu meu parecer algo longo sobre a matéria. Procurei encerrar-lhe os vários aspectos, não só relativamente à tese, já por mim aqui defendida, de que existia lei em vigor, regulando o salário mínimo, — e por isso mesmo considerada constitucional — como também outras circunstâncias diretamente previstas na proposição. Primeiro, quando subordina qualquer iniciativa, qualquer providência a respeito do salário mínimo, à iniciativa do Conselho de Economia; e segundo quando mesmo houvesse iniciativa de membros do Congresso, a tramitação de um Projeto, nesse sentido, deveria aguardar um parecer do Conselho de Economia.

O Sr. Nestor Massena — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte? (Assentimento do orador) A propósito nas duas emendas ao projeto procurei, tanto quanto possível, remover as objeções sobre a inconstitucionalidade; aliás, V. Ex.<sup>a</sup> na Comissão, terá oportunidade de conhecê-las e examiná-las com a proficiência que todos lhe reconhecemos.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, foi mesmo a contragosto — e nem podia deixar de ser — que emiti meu parecer, sobretudo na parte que invalida o Projeto, considerando-o inconstitucional.

Acredito que o nobre colega, Senador Nestor Massena, não obstante a inteligência e a cultura que lhe são peculiares no redigir a proposição, não fosse bastante feliz nas expressões usadas; creio mesmo — pelo que acabo de ouvir de S. Ex.<sup>a</sup> — que uma nova redação, ou nova emenda, talvez possa corrigir o que me pareceu inaceitável no projeto.

Mas Sr. Presidente não posso deixar de sustentar meu parecer em toda a linha tanto mais que mereceu êle da Comissão de Constituição e Justiça aprovação, praticamente unânime.

Assim, já não se trata de meu modesto parecer, Sr. Presidente, mas do parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que aqui estou sustentando nestas rápidas considerações, para não tomar mais tempo ao Senado.

Aguardarei as emendas apresentadas pelo nobre Senador Nestor Massena a fim de o adaptar melhor ao ponto de vista em que se colocou a Comissão de Constituição e Justiça, esperando poder então proferir parecer favorável.

Sobre a proposição formulada pela inteligência e cultura do Senador Nestor Massena só podemos esperar perfeita acolhida isto é seja recebida com a simpatia, a atenção e consideração merecidas. (Muito bem)

#### O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão preliminar do Projeto.

Não havendo mais quem peça a palavra, dou-a por encerrada.

O Projeto volta à Comissão de Constituição e Justiça com as emendas, devendo voltar à Ordem do Dia dentro de quarenta e oito horas.

Votação do Requerimento número 336, de 1954 do Sr. Bernardes Filho e outros Srs. Senadores solicitando urgência, nos termos do art. 155 parágrafo 4.º do Regimento Interno para o Projeto de Lei da Câmara n.º 129, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) destinado à reconstrução da barragem de Pampulha em Belo Horizonte Estado de Minas Gerais.

#### O SR. PRESIDENTE:

Em votação (Pausa).

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa)

Aprovado.

O Projeto n.º 129 será discutido e votado depois da Ordem do Dia.

Votação do Requerimento número 339, do Sr. Senador Atílio Vivacqua e outros Senhores Senadores, pedindo urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 376, de 1953, que dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio.

#### O SR. PRESIDENTE:

Em votação. (Pausa)

Os Senhores Senadores que aprovam o requerimento, queiram permanecer sentados.

Está aprovado.

O Projeto n.º 376, será incluído na Ordem do Dia da segunda sessão ordinária.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 364, de 1954, do Sr. Hamilton Nogueira, pedindo inserção nos Anais do manifesto-programa da Aliança Popular constituída das seções do Distrito Federal, da União Democrática Nacional, do Partido Republicano e do Partido Libertador.

#### O SR. PRESIDENTE:

Em votação o Requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa)

Está aprovado.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 360, de 1954, do Senador Alfredo Neves, pedindo a inclusão em Ordem do Dia, nos termos do artigo 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Resolução n.º 27, de 1953, que autoriza a ida de Senadores à Conferência da União Interparlamentar e dá outras providências.

#### O SR. PRESIDENTE:

Em votação. (Pausa)

Queiram conservar-se sentados os Senhores que aprovam o Requerimento. (Pausa)

Aprovado.

O Projeto de Resolução n.º 27 será oportunamente incluído em Ordem do Dia.

Votação, em discussão única, do Projeto de Resolução n.º 39, de 1954, que autoriza a Comissão de Transportes e Comunicações a participar, por dois de seus membros, no VI Congresso Panamericano de Estradas de Rodagem, a realizar-se em Caracas (oferecida pela Comissão Diretora em conclusão do seu Parecer n.º 128, sobre o ofício n.º 3-1954, da mesma Comissão e incluído na Ordem do Dia em virtude de dispensa de

interstício, concedida na sessão de 9-7-54, a requerimento do Sr. Senador Francisco Gallotti.)

#### O SR. OTHON MADER:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, o Projeto de Resolução n.º 39, de 1954, foi sugerido pela Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas porque havia recebido convite da Comissão Panamericana de Estradas de Rodagem para se fazer representar no VI Congresso, que era da mais alta importância para o Continente Sulamericano.

Pareceu-lhe acertado mandar uma Comissão a essa reunião a fim de discutir as teses e tomar conhecimento da política rodoviária praticada no continente americano.

Apesar dos esforços do ilustre Senador Francisco Gallotti, que requereu urgência, dispensa de interstício e outras providências para que o Projeto tramitasse com celeridade, não foi possível aprová-lo no devido tempo, pois da Ordem do Dia constavam projeto em regime de urgência.

Somente hoje figura em pauta o Projeto, quando o Congresso Panamericano, iniciado no dia 11 do corrente, já está quase a terminar.

Seria, desinteressante para o Brasil, e até desprimoroso, ir uma Comissão do Senado participar de um Congresso quando este praticamente está encerrado.

Nestas condições, Senhor Presidente, estando superado o assunto, não há mais razão de ser do Projeto, pelo que opino no sentido da rejeição da Resolução, por inoportuna. (Muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

Em votação o Projeto de Resolução n.º 39, de 1954.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

E' rejeitado o seguinte

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º 39, de 1954

Artigo único: E' autorizada a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas a participar, por dois de seus membros, por ela indicados e designados na forma do artigo 38, § 2.º, do Regimento, do VI Congresso Panamericano de Estradas de Rodagem, a realizar-se em Caracas, Venezuela, no mês em curso. Ao Arquivo.

SÃO, SEM DEBATES, APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS AS REDAÇÕES FINAIS OFERECIDAS PELOS SEGUINTE PARECERES:

PARECER N.º 466, DE 1954

Da Comissão de Redação.

Redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 43, de 1952.

Relator: Sr. Waldemar Pedrosa.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) do Projeto de Lei n.º 43, de 1952, de iniciativa do Senado.

Sala da Comissão de Redação, em 18 de junho de 1954. — Joaquim Pires, Presidente. — Waldemar Pedrosa, Relator. — Carvalho Guimarães, — Aloysio de Carvalho. — Costa Pereira.

ANEXO AO PARECER N.º 466, DE 1954

Redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 43, de 1952, que estende a oficiais reformados do Exército os dispositivos do Decreto-lei n.º 103 de 23 de dezembro de 1937.

O Congresso Nacional decreta: Art. 1.º Os oficiais reformados do Exército que, no período de 1932 a 1937, hajam exercido por mais de três anos as funções de "Auxiliar de

Ensino" de disciplina não militar, na antiga Escola Militar do Realengo, têm direito à inclusão e à efetivação no Quadro do Magistério Militar, em igualdade de condições com os professores e auxiliares de ensino amparados pelo art. 15 do Decreto-lei n.º 103, de 23 de dezembro de 1937.

Parágrafo único. Aos referidos oficiais serão contados a inclusão e a efetivação naquele Quadro, a partir da data do citado Decreto-lei n.º 103, de 23 de dezembro de 1937, com todos os direitos e vantagens decorrentes da inclusão, até o presente, como se as respectivas reformas, nos novos postos que lhe couberem, houvessem ocorrido na data da publicação dessa lei, excluída a percepção de vencimentos atrasados.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER N.º 467, DE 1954

Da Comissão de Redação

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 349, de 1953.

Relator: Sr. Carvalho Guimarães.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) das emendas do Senado ao Projeto de Lei n.º 349, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 18 de junho de 1954. — Joaquim Pires, Presidente. — Carvalho Guimarães, Relator. — Aloysio de Carvalho. — Waldemar Pedrosa. — Costa Pereira.

ANEXO AO PARECER N.º 467-54

Redação Final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 349, de 1953, que dispõe sobre registro de diplomas expedidos pelos estabelecimentos de ensino e sobre o exercício profissional.

Art. 3.º (Emenda n.º 1-C). De-se a este artigo a seguinte redação:

"Art. 3.º Os diplomados por estabelecimentos de ensino, sob a jurisdição do Ministério da Educação e Cultura, quando não existirem órgãos de classe encarregados de autorizar o exercício profissional, poderão requerê-lo, a título precário, pelo prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, independente de registro, desde que apresentem certidão de colação de grau expedida pelo Instituto em que concluíram o curso."

Ao art. 7.º (Emenda n.º 2-C). Suprima-se este artigo.

PARECER N.º 469, DE 1954

Da Comissão de Redação

Redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 469, de 1949.

Relator: Sr. Waldemar Pedrosa.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei número 469, de 1949, originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 18 de junho de 1954. — Joaquim Pires, Presidente. — Waldemar Pedrosa, Relator. — Carvalho Guimarães, — Aloysio de Carvalho. — Costa Pereira.

ANEXO AO PARECER N.º 469-54

Redação Final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 469, de 1949, que concede às empresas ou firmas que explorem a indústria fumageira, isenção de direitos para importação de máquina agrícolas ou industriais, a serem aplicadas na cultura e fabricação do fumo em geral e materiais destinados ao cultivo do fumo capreiro.

**Ao Projeto.**  
Substitua-se pelo seguinte:

"Art. 1.º E' concedida, às empresas ou firmas legalmente constituídas ou a cultivadores idôneos do fumo do tipo comercial conhecido por "capreiro", isenção de direitos e taxas aduaneiras, excluída a de previdência social, para a importação do panote adequado à cobertura das áreas ocupadas com essa cultura.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

**SÃO APROVADAS, EM DEBATES, E REMETIDAS À PROMULGAÇÃO AS REDAÇÕES FINAIS OFERECIDAS PELOS SEGUINTES PARECERES:**

PARECER N.º 502, DE 1954

*Redação final do Projeto de Resolução n.º 29, de 1954, que concede permissão a Lauro Portela, Diretor de Serviço, padrão PL-2, para aceitar a bolsa de estudos que lhe foi oferecida pelo Instituto Brasileiro de Cultura Hispânica.*

Relator: Sr. Alfredo Neves.

Art. 1.º E' concedida permissão a Lauro Portela, Diretor de Serviço, padrão PL-2, para aceitar a bolsa de estudos que lhe foi oferecida pelo Instituto Brasileiro de Cultura Hispânica para ampliação de conhecimentos sobre administração de Arquivo e Biblioteca.

Art. 2.º Durante a sua permanência em Madrid, fica-lhe assegurada a percepção integral de vencimentos e a contagem de tempo de serviço, na forma do n.º XI do art. 235 do Regulamento da Secretaria do Senado.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão Diretora, em 24 de junho de 1954. — Marcondes Filho, Presidente. — Alfredo Neves, Relator. — Vespasiano Martins. — Ezequias da Rocha. — Prisco dos Santos — Costa Pereira.

PARECER N.º 503, DE 1954

*Redação final do Projeto de Resolução n.º 28, de 1954, que concede a exoneração solicitada por Hércules de Macedo Rocha do cargo de Redator de Anais e Documentos Parlamentares.*

Relator: Sr. Alfredo Neves.

Artigo único. E' concedida a exoneração solicitada por Hércules de Macedo Rocha do cargo de Redator de Anais e Documentos Parlamentares, ficando suprimido o respectivo cargo, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão Diretora, em 24 de junho de 1954. — Marcondes Filho, Presidente. — Alfredo Neves, Relator. — Vespasiano Martins. — Ezequias da Rocha. — Prisco dos Santos. — Costa Pereira.

PARECER N.º 508, DE 1954

Da Comissão de Redação

*Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 84, de 1952.*

Relator: Sr. Costa Pereira.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 84, de 1952, de iniciativa da Câmara dos Deputados, considerando como de redação a emenda apresentada pela Comissão de Finanças e feita a alteração no nome do Ministério que, passará a ser "Educação e Cultura" e não "Educação e Saúde" como consta do projeto.

Sala da Comissão de Redação, em 30 de junho de 1954. — Joaquim Pires, Presidente. — Costa Pereira, Relator. — Waldemar Pedrosa. — Carvalho Guimarães.

**ANEXO AO PARECER N.º 508-54**

*Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 84, de 1952, que autoriza o Tribunal de Contas a determinar o registro do*

*contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Cultura e a firma Luiz Fernandes e Cia. Ltda.*

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º — 1954

Art. 1.º E' aprovado o contrato de empreitada, celebrado em 14 de junho de 1951, entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Cultura e a firma Luiz Fernandes e Cia. Ltda. para execução de obras de conservação da sede do Serviço de Estatística daquele Ministério, no montante de Cr\$ 42.364,00 (quarenta e dois mil, trezentos e sessenta e quatro cruzeiros).

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER N.º 509, DE 1954

Da Comissão de Redação

*Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 56, de 1953.*

Relator: Sr. Carvalho Guimarães.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 56, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 30 de junho de 1954. — Joaquim Pires, Presidente. — Carvalho Guimarães, Relator. — Waldemar Pedrosa — Costa Pereira.

**ANEXO AO PARECER N.º 509-54**

*Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 56, de 1953, que revoga a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Francisco Alves de Oliveira e sua mulher Maria Augusta Assunção de Oliveira.*

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º — 1954

Art. 1.º E' revogada a decisão do Tribunal de Contas, de 28 de dezembro de 1951, denegatória de registro ao contrato celebrado em 15 de agosto do mesmo ano, entre o Ministério da Agricultura e Francisco Alves de Oliveira e sua mulher Maria Augusta Assunção de Oliveira, para irrigação agrícola em terrenos de sua propriedade, nos termos dos Decretos-leis ns. 1.498, de 9 de agosto de 1939 e 3.782, de 30 de outubro de 1941.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER N.º 510, DE 1954

Da Comissão de Redação

*Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 64, de 1953.*

Relator: Sr. Carvalho Guimarães.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 64, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 30 de junho de 1954. — Joaquim Pires, Presidente. — Carvalho Guimarães, Relator. — Costa Pereira. — Waldemar Pedrosa.

**ANEXO AO PARECER N.º 510-54**

*Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 64, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Matias Olimpio de Melo e sua mulher Marcolina de Arêa Leão Melo.*

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, parágrafo 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º — 1954

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado em 17 de novembro de 1952, entre o Ministério da Agricultura e Matias Olimpio de Melo e sua mulher Marcolina de Arêa Leão Melo, regulando a execução e o pagamento das obras de irrigação agrícola nas terras de sua propriedade, situadas à margem direita do rio Parnaíba, no Município de Teresina, Estado de Piauí.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER N.º 511, DE 1954

Da Comissão de Redação

*Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 66, de 1953.*

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 66 de 1953, originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 30 de junho de 1954. — Joaquim Pires, Presidente. — Waldemar Pedrosa, Relator. — Carvalho Guimarães. — Costa Pereira.

**ANEXO AO PARECER N.º 511-54**

*Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 66, de 1953 que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Seção de Fomento Agrícola em Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, e José Bernardo Júnior.*

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, parágrafo 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º — 1954

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 28 de novembro de 1952, recusou registro ao contrato celebrado a 7 de novembro do mesmo ano, entre a Seção de Fomento Agrícola de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso e José Bernardo Júnior, para execução de serviços de complementação, equipamento e instalação de energia elétrica e abastecimento d'água no Pósto Agro Pecuario de Cáceres, bem como instalação de máquinas no Pósto de Leverger naquele Estado.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER

N.º 512 — de 1954

Da Comissão de Redação

*Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 67, de 1953.*

Relator: Sr. Waldemar Pedrosa.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 67, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 30 de junho de 1954. — Joaquim Pires, Presidente. — Waldemar Pedrosa, Relator. — Carvalho Guimarães. — Costa Pereira.

**ANEXO AO PARECER N.º 512-54**

*Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 67, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Seção de Fomento Agrícola de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso e Marcelo Miraglia.*

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º — 1954

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 5 de dezembro de 1952, denegou registro ao contrato celebrado a 7 de novembro do mesmo ano, entre a Seção de Fomento Agrícola de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, e Marcelo Miraglia, para execução de serviços de complementação de obras, equipamentos e instalações no psto Agropecuario de Rosário-Oeste, naquele Estado.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER

N.º 513 — de 1954

Da Comissão de Redação

*Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 107, de 1953.*

Relator: Sr. Carvalho Guimarães.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 107, de 1953, originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 30 de junho de 1954. — Joaquim Pires, Presidente. — Carvalho Guimarães, Relator. — Waldemar Pedrosa. — Costa Pereira.

**ANEXO AO PARECER N.º 513-54**

*Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 107, de 1953, que aprova o acordo e o termo aditivo celebrados entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Espírito Santo.*

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º — 1954

Art. 1.º São aprovados o acordo e o termo aditivo celebrados, respectivamente, em 14 de maio e 29 de julho de 1952, entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Espírito Santo, para execução dos Serviços de Defesa Sanitária Vegetal naquele Estado.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER

N.º 514 — de 1954

Da Comissão de Redação

*Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 123, de 1953.*

Relator: Sr. Costa Pereira.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 123, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 30 de junho de 1954. — Joaquim Pires, Presidente. — Costa Pereira, Relator. — Carvalho Guimarães. — Waldemar Pedrosa.



## ANEXO AO PARECER N.º 514-54

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 123, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e José Bezerra da Costa e sua mulher, Adélia Fernandes de Oliveira.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º — 1954

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado a 14 de abril de 1947, entre o Ministério da Agricultura e José Bezerra da Costa e sua mulher Adélia Fernandes de Oliveira, para irrigação agrícola em terras de sua propriedade, no sítio denominado Penha, no Município de Igatu, Estado do Ceará.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## PARECER

N.º 515 — de 1954

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 128, de 1953.

Relator. — Sr. Costa Pereira.

A Comissão apresenta a redação final (fls. anexa) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 128, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 30 de junho de 1954. — Joaquim Pires, Presidente. — Costa Pereira, Relator. — Carvalho Guimarães. — Waldemar Pedrosa.

## ANEXO AO PARECER N.º 515-54

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 128, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Estado de Santa Catarina.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, parágrafo 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º ... — 1954

Art. 1.º — E' aprovado o contrato celebrado, em 14 de outubro de 1952, entre o Ministério da Agricultura e o Estado de Santa Catarina, para administração e exploração da rede de armazéns existentes no referido Estado, visando à preservação das safras de cereais.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## PARECER

N.º 516 — de 1954

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 130, de 1953

Relator. — Sr. Costa Pereira.

A Comissão apresenta a redação final (fls. anexa) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 130, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados. Sala da Comissão de Redação, em 30 de junho de 1954. — Joaquim Pires, Presidente. — Costa Pereira, Relator. — Carvalho Guimarães. — Waldemar Pedrosa.

## ANEXO AO PARECER N.º 516-54

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 130, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Raimundo Augusto de Lima e sua mulher.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77,

parágrafo 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º ... — 1954

Art. 1.º — E' aprovado o contrato celebrado a 6 de dezembro de 1952, entre o Ministério da Agricultura e Raimundo Augusto de Lima e sua mulher, para execução das obras necessárias à irrigação de terras de sua propriedade, situadas na Fazenda "São Domingos", Município de Lavras da Mangabeira, Estado do Ceará, na forma do Decreto-lei n.º 1.498, de 9 de agosto de 1953.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 58, de 1954, que modifica o parágrafo único do art. 872 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), com referência a reclamações por falta de pagamento de salários. Pareceres favoráveis: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 499, de 1954; da Comissão de Legislação Social, sob n.º 500, de 1954.

## O SR. PRESIDENTE:

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados (Pausa).

E' aprovado e enviado à sanção o seguinte

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 58, de 1954

Modifica o parágrafo único do art. 872 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O parágrafo único do artigo 872, do Decreto-lei n.º 5.452, das Leis do Trabalho) passa a ter a seguinte redação:

"Art. 872:

Parágrafo único. Quando os empregadores deixarem de satisfazer o pagamento de salários, na conformidade da decisão proferida, poderão os empregados ou seus sindicatos, independentemente de outorga de poderes de seus associados, juntando certidão de tal decisão, apresentar reclamação à Junta ou Juízo competente, observado o processo previsto no Capítulo II deste Título, sendo vedado, porém, questionar sobre a matéria de fato e de direito já apreciada na decisão.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 59, de 1954, que dispõe sobre a realização de exames de segunda época nas faculdades oficiais e reconhecidas, localizadas na Capital do Estado de São Paulo. Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 475, pela constitucionalidade; da Comissão de Educação e Cultura, sob n.º 476, pela rejeição, visto já haver perdido a sua finalidade.

## O SR. PRESIDENTE:

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados (Pausa).

E' rejeitado o seguinte

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 59, de 1954

Dispõe sobre a realização de exames de segunda época nas faculdades oficiais e reconhecidas,

localizadas na capital do Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º A segunda época de exames dos alunos do último ano das faculdades oficiais e reconhecidas, localizadas na capital do Estado de São Paulo, poderá ser realizado, excepcionalmente e em caráter facultativo, no ano em curso, fora dos prazos estipulados pela legislação federal ora vigente.

Parágrafo único. A data para realização dos exames em segunda época previstos neste artigo será fixado pela Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## O SR. PRESIDENTE:

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 61, de 1954, que assegura aos associados dos Institutos e Caixas de Previdência Social, atacados de tuberculose, o benefício do auxílio-enfermidade. Pareceres favoráveis: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 497, de 1954; da Comissão de Legislação Social, sob n.º 498, de 1954.

## O SR. PRESIDENTE:

Em votação. (Pausa)

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa).

E' aprovado e enviado à sanção o seguinte

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 61, de 1954

Assegura aos associados dos Institutos e Caixas de Previdência Social, atacados de tuberculose o benefício do auxílio-enfermidade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Aos associados dos Institutos e Caixas de Previdência Social atacados de tuberculose, é assegurado o benefício do auxílio-enfermidade, qualquer que seja o número de contribuições feitas para a respectiva instituição.

Art. 2.º O auxílio-doença será devido enquanto durar a incapacidade, até o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, a partir do décimo sexto dia do afastamento da atividade, ou se se tratar de trabalhador autônomo, a partir da data de início da incapacidade.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 369, de 1954, do Sr. Senador Clécio de Vasconcelos, pedindo inclusão em Ordem do Dia, nos termos do artigo 90, letra "a" do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 17, de 1954, que dispõe sobre a contribuição para o montepio militar.

## O SR. PRESIDENTE:

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

O Projeto de Lei da Câmara n.º 17, de 1954, a que se refere o Requerimento aprovado, figurará oportunamente na Ordem do Dia.

Votação, em discussão única, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 41, de 1952, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o texto da Convenção Cultural assinada em Madrid, entre o Brasil e a Espanha. Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 203, de 1954, pela constitu-

cionalidade; da Comissão de Educação e Cultura, sob n.º 204, de 1954, pela aprovação (com voto em separado do Sr. Senador Luis Tinoco); da Comissão de Relações Exteriores, sob n.º 205, de 1954, pela rejeição; da Comissão de Finanças, pela aprovação (proferido oralmente na sessão de 3-5-1954).

## O SR. PRESIDENTE:

Em votação.

## O SR. DARIO CARDOSO:

(Para encaminhar a votação) (N.º foi revisto pelo orador) Sr. Presidente, o Convênio celebrado entre o Brasil e a Espanha teve parecer contrário da Comissão de Relações Exteriores, que lhe impugnou o art. 10, alegando diferenças entre o regime constitucional vigente em ambos os países.

A propósito, o Sr. Ministro das Relações Exteriores dirigiu-se, em carta, ao Sr. Presidente da aludida Comissão, o qual, por sua vez, me encaminhou a citada missiva.

Nela o titular do Exterior demonstra que o art. 10 do Convênio é de caráter geral; figura em todos os documentos similares, assinados com outras Nações.

Pego permissão ao Senado para ler as considerações de S. Ex.ª.

(Lendo):

"Rio de Janeiro, 13 de julho de 1954.

Excelentíssimo Senhor Senador Georgino Avelino, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Tenho a honra de passar às mãos de V. Ex.ª a informação anexa referente ao parecer dessa egrégia Comissão, relativo ao Convênio Cultural Brasil-Espanha, proposto pelo Brasil.

Na mesma informação, poderá ver V. Ex.ª que o art. 10 do mencionado Convênio é, na realidade, um artigo "rápido", incorporado em vários Convênios Culturais assinados pelo Brasil, entre outros com a Argentina e com o México, e também constante dos cânones da UNESCO, a qual acaba de aderir a Espanha, que foi aceita como membro daquele Organismo Internacional.

Acresce que a própria Espanha firmou Convênio semelhante e com idêntica cláusula, com a República Oriental do Uruguai. Parece que não seria lógico excluir de um acordo bilateral uma cláusula que beneficia as relações daquelas duas partes, quando a mesma cláusula na convenção multilateral da UNESCO.

Por outro lado, conforme salienta a informação anexa, o artigo 10 se refere, exclusivamente, a textos de ensino e não põe em perigo a liberdade de imprensa. Além disso, o artigo 14 do Convênio ora submetido à aprovação do Senado prevê a adoção recíproca de medidas oportunas para tornar efetivas as estipulações do mesmo. Assim sendo, fica o Governo brasileiro perfeitamente habilitado a verificar a priori a existência de garantia para uma estreita reciprocidade de tratamento na execução de todas e de cada uma das cláusulas no referido ato internacional.

Quero crer que, com esses esclarecimentos, possa o Senado aprovar o mesmo ato na sua íntegra, evitando, por um lado, uma discriminação inoperante, uma vez que a Espanha como o Brasil são membros da UNESCO, e, por outro lado, um gesto menos amistoso para com um país com o qual mantemos melhores relações.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da alta estima e mais distinta consideração, com que me subscrevo, de Vossa Excelência. — Vicente Ráo".

As considerações que acompanham a missiva que acabo de ler são do seguinte teor:



## Convênio Cultural Brasil-Espanha.

A Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal foi de parecer contrário à aprovação do Convênio Cultural entre o Brasil e a Espanha, assinado em Madrid, a 23 de junho de 1951 (Projeto de Decreto Legislativo número 41, de 1952), na base das observações apresentadas pelo Senador Ferreira de Sousa em 12 de fevereiro de 1953. O referido parecer foi lido na sessão de 27 de abril do corrente ano.

Segundo esse parecer, "a igualdade absoluta entre as partes acordantes... não se traduz somente na liberdade de estipular ou de consentir em cláusulas desta ou daquela espécie... Está também, e talvez com maior importância, no terreno da execução, exigindo aí absoluta equipolência entre os acordantes, por forma a poder cada um reclamar a prestação do outro no desenvolvimento das relações regulares no tratado ou convênio. Se, apesar da sinalagmaticidade, certas condições possibilitam efeitos desiguais, está evidentemente quebrada a condição *sine qua*, ou seja, o equilíbrio entre os dois". Ora, segundo o relator, "há uma profunda diferença entre os que possibilitamos e prometemos à ibérica nos outorga".

Salienta ainda o parecer que existem radicais diferenças entre os regimes constitucionais dos dois países. Os direitos naturais do homem, protegidos pela Constituição de 1946, não são salvaguardados na Espanha. O artigo 10 do Convênio ("Cada uma das Altas Partes Contratantes promoverá a revisão dos textos, livros e publicações utilizadas em seus estabelecimentos de ensino, adaptando-os aos fins correspondentes, de modo a evitar que, sob qualquer forma, se falseie a verdade histórica"), tem caráter acentuadamente totalitário, fere a nossa Constituição e a Declaração dos Direitos do Homem da Organização das Nações Unidas.

Convém, entretanto, examinar a elaboração do texto do Convênio, que apresenta circunstâncias de ordem especial, e considerar se, de fato, seu conteúdo é contrário aos direitos democráticos do Homem.

Por ocasião das negociações relativas ao Convênio, o Governo espanhol aceitou na íntegra o texto da contraproposta brasileira, à condição que fossem incluídos dois artigos de sua iniciativa. Uma delas, que dizia respeito à execução do Acordo, foi imediatamente aceita pelo Ministério das Relações Exteriores. A outra, segundo a qual:

"Cada uma de las Altas Partes Contratantes emprenderá la revisión de aquellos textos, libros y publicaciones utilizadas en sus establecimientos de enseñanza, adaptándolos a sus fines correspondientes, a fin de que eviten que de ninguna forma se falsee la verdad histórica, o se haga objeto de difamación o ataque a sus formas de Gobierno y a sus personalidades directoras";

foi alterada da seguinte forma:

"Cada uma das Altas Partes Contratantes promoverá a revisão desses textos, livros e publicações utilizadas em seus estabelecimentos de ensino, adaptando-os aos fins correspondentes, de modo a evitar que sob qualquer forma se falseie a verdade histórica no que às mesmas se refere".

Pediria a atenção dos nobres pares para a alteração que o Itamaraty fez à proposta espanhola, que continha a seguinte parte do art. 10 impugnando:

"que constitui objeto de difamação ou ataques às forças de Governo e às suas personalidades diretoras".

O Itamaraty suprimiu esta parte do art. 10 (Continuando a leitura)

"O texto final do artigo 10 deriva dessa alteração, provocada pelo Itamaraty, da nova cláusula sugerida

pelo Governo espanhol. Vê-se, por conseguinte, que o primeiro teve a preocupação de afastar, por óbvios motivos, a segunda parte da proposta espanhola acerca de ataques ou difamação a formas de governos ou personalidades políticas.

Resta a saber se a atual redação do artigo 10 é de fato anti-constitucional e contrária à Declaração dos Direitos do Homem da Organização das Nações Unidas. Deve-se observar, em primeiro lugar, que o referido artigo só diz respeito aos textos escolares, e não põe em perigo a liberdade de imprensa. A fiscalização prevista não se estende a qualquer impressos, mas apenas a publicações utilizadas nos estabelecimentos de ensino.

Observar-se-á que tal fiscalização não constitui uma novidade anti-democrática, pois em quase todos os países, inclusive o Brasil, os manuais escolares devem ser aprovados pela autoridade encarregada dos assuntos de educação, antes de serem adotados nos estabelecimentos de ensino. Boa parte dos esforços do extinto Instituto de Cooperação Intelectual de Paris e, atualmente, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, eram e são consagrados à revisão internacional dos textos escolares, com o fim de evitar que alterações da verdade possam criar prevenções entre os povos.

O Brasil concluiu, outrossim, com a República Argentina e o México "Convênios para a revisão dos textos de ensino de história e geografia", no sentido de rever periodicamente os manuais escolares, "expurgando-os daqueles tópicos que sirvam para excitar no ânimo desprevenido da juventude a adversão a qualquer povo americano". Esses instrumentos, em plena vigência, encontram-se na *Coleção de Atos Internacionais*, n. 96 e 122. A ausência de um instrumento da mesma natureza permite a publicação, em manuais escolares paraguaios, de informações errôneas ou deformadas acerca do Brasil, que só podem criar prevenções no ânimo da juventude desse povo amigo.

Nada, por conseguinte, parece justificar os ataques de que foi alvo o artigo 10 do Convênio Cultural de 1951".

Como vê o Senado, o Sr. Ministro das Relações Exteriores explica de maneira clara que o Convênio do art. 10 nada tem de anti-democrático; e cita o caso do Paraguai, onde, infelizmente, por falta de Convênio idêntico, se deturpam as verdades históricas em relação ao Brasil, provocando no espírito da mocidade paraguaia, por assim dizer, animosidade contra o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar os tambores) — Lembro ao nobre orador que dispõe apenas de dois minutos para terminar suas considerações.

O SR. DARIO CARDOSO — Vou terminar, Sr. Presidente.

Como dizia, o art. 10 evita essa circunstância desagradável. A revisão dos livros escolares, dos textos destinados ao ensino afasta a deturpação dos fatos históricos, que muito prejudica a boa amizade dos povos.

Pediria ao Senado que aprovasse o Convênio, ainda que se fizesse qualquer observação ao art. 10, porque, na realidade, não fere nenhum direito do homem.

Louvo o nobre relator da matéria pelo zelo à manutenção do nosso regime democrático; mas nada vejo nessa disposição que possa infringir o texto da nossa Constituição no Capítulo dos Direitos e das Garantias Individuais. (Muito bem).

Durante o discurso do Senhor Dario Cardoso, o Senhor Alfredo Neves deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Senhor Café Filho.

## O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à votação.

O SR. FERREIRA DE SOUZA PRONUNCIA DISCURSO QUE SERA PUBLICADO DEPOIS.

## O SR. PRESIDENTE:

Em votação o Projeto.

O SR. FLAVIO GUIMARAES PRONUNCIA DISCURSO QUE SERA PUBLICADO DEPOIS.

## O SR. PRESIDENTE:

Em votação o Projeto. Os Senhores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa). Está aprovado.

## O SR. LUIS TINOCO:

(Pela ordem) Sr. Presidente. requiro verificação da votação.

## O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à verificação da votação, requerida pelo nobre Senador Luiz Tinoco.

Queiram levantar-se os Senhores Senadores que aprovam o projeto. (Pausa).

Queiram sentar-se os Senhores Senadores que aprovam o projeto, e levantar-se os que o rejeitam. (Pausa).

Votaram pela aprovação do projeto 12 Senhores Senadores, e pela rejeição, 13.

Não há número.

Vai-se proceder à chamada.

O Sr. Café Filho deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alfredo Neves.

## PROCEDE-SE A CHAMADA QUE RESPONDEM OS SRS. SENADORES

Waldemar Pedrosa — Prisco dos Santos — Joaquim Pires — Onofre Gomes — Plínio Pompeu — Olavo Oliveira — Georgino Avelino — Ferreira de Souza — Ruy Carneiro — Draudt Ernani — Djair Brindeiro — Ezequias da Rocha — Cicero de Vasconcelos — Esperidião de Farias — Carlos Lindemberg — Luiz Tinoco — Attilio Vivacqua — Alfredo Neves — Hamul Nogueira — Mozart Lago — Nestor Massena — Dario Cardoso — Costa Paranhos — Costa Pereira — Othon Mader — Flavio Guimarães — Gomes de Oliveira — Ivo de Aquino — Camilo Mercio. (29)

## O SR. PRESIDENTE:

Responderam à chamada 29 Srs. Senadores. Está confirmada a falta de número.

Primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Parecer favorável, sob n.º 242, da Comissão de Reforma Constitucional.

## O SR. PRESIDENTE:

A chamada há pouco feita evidenciou falta de número, pelo que fica adiada a apreciação desta matéria.

Fica também adiada, pelo mesmo motivo, a discussão dos pareceres da Comissão de Relações Exteriores sobre as mensagens do Sr. Presidente da República, a que se referem os itens 28, 29, 0 e 31 da Ordem do Dia.

Segunda discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 25, de 1953, que autoriza o Poder Executivo a nomear uma Comissão de técnicos para elaborar um plano de obras de irrigação do Nordeste — aprovado em primeira discussão em 15-6-1954, tendo Pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 364, de 1954; da Comissão de Transportes, Comu-

nicações e Obras Públicas, sob n.º 365, de 1954; da Comissão de Finanças, sob n.º 366, de 1954).

## O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o projeto. (Pausa). Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão. Adiada a votação por falta de número.

Submeterei agora à discussão, nos termos do § 4.º do artigo 65 do Regimento Interno, o Projeto de Lei da Câmara n.º 129, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 destinado à reconstrução da barragem da Pampulha, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

## O SR. PRESIDENTE:

Vai ser lido o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. 2.º SUPLENTE (servindo de 1.º Secretário) lê o seguinte

## Parecer n.º 540, de 1954

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 129-54, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, para a verba que especifica.

Relator, Sr. Gomes de Oliveira

1 — Oriundo de Mensagem do Sr. Presidente da República, o Projeto de Lei da Câmara n.º 129-54 autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, destinado à reconstrução da barragem da Pampulha, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

As obras da reconstrução da referida barragem serão executadas pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, em cooperação com o Governo daquele Estado e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Pelo artigo 3.º do Projeto, a aplicação do crédito nele referido compreenderá os estudos necessários e projeto da nova obra ou aproveitamento da parte não destinada, demolição da parte que se fizer indispensável e reconstrução da barragem, inclusive equipamento.

2 — O Projeto não apresenta vício de inconstitucional, devendo ser aprovado diante do que dispõe o art. VI, da Constituição da República, que dá competência ao Congresso Nacional para autorizar abertura e operações de crédito. Somos, assim, pela sua constitucionalidade.

Sala Rui Barbosa, em 30 de junho de 1954. — Dario Cardoso, Presidente. — Gomes de Oliveira, Relator. — Flavio Guimarães. — Joaquim Pires — Anísio Jobim. — Camilo Mercio.

## O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Ivo de Aquino para, na qualidade de presidente da Comissão de Finanças, designar relator.

## O SR. IVO D'AQUINO.

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças avoco o projeto, a fim de emitir parecer, que é o seguinte:

Este projeto de lei da Câmara autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) para atender às obras de reconstrução da barragem de Pampulha, em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais.

O crédito, na forma do artigo 2.º será aplicado pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, em

cooperação com o Governo do Estado de Minas Gerais e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

A Comissão de Finanças, reconhecendo a necessidade do crédito, é de parecer favorável a este projeto de lei.

#### O SR. PRESIDENTE:

Concedo a palavra ao nobre Senador Othon Mäder, para pronunciar-se sobre o projeto, na qualidade de relator da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

#### O SR. OTHON MÄDER:

(Não foi revisto pelo orador) —

Sr. Presidente, a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, tomando conhecimento do Projeto de Lei da Câmara n.º 129, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério de Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, destinado à reconstrução da barragem de Pampulha, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, é de parecer que ele merece aprovação.

Trata-se de auxílio do Governo Federal para reconstrução da barragem que, como todos sabemos, ruíu há pouco tempo em virtude do excesso de chuvas caídas em Belo Horizonte.

A verba vai ser aplicada pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento, em cooperação com o Governo de Minas Gerais e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, e está condicionada aos estudos necessários, projeto da nova obra, aproveitamento da parte não destruída, demolição da parte que se fizer necessária e reconstrução da barragem, inclusive aquisição de equipamento.

A Comissão de Viação e Obras Públicas nada tem a opor, pelo que emite parecer favorável à concessão do crédito pedido. (Muito bem)

#### O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o projeto, com pareceres favoráveis das Comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, de Finanças, e de Constituição e de Justiça. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Adida a votação, por falta de número.

Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos para esta oportunidade. (Pausa)

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão. Designo para a de amanhã a seguinte:

#### ORDEM DO DIA

Continuação da votação, em discussão única, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 41, de 1952, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Convênio Cultural assinado em Madrid, entre o Brasil e a Espanha. *Pareceres:* da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 203, de 1954, pela constitucionalidade; da Comissão de Educação e Cultura, sob número 204, de 1954, pela aprovação (com voto em separado do Sr. Senador Luis Tinoco); da Comissão de Relações Exteriores, sob n.º 205, de 1954, pela rejeição; da Comissão de Finanças, pela aprovação (proferido oralmente na sessão de 3-5-1954).

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 129, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, destinado à reconstrução da barragem de Pampulha, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 4.º, do Regimento Interno, em virtude da

aprovação, na sessão de 15-7-54, do Requerimento n.º 336, de 1954, do Senhor Bernardes Filho e outros Senhores Senadores), tendo *Pareceres favoráveis:* da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 540, de 1954; da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (proferido oralmente na sessão de 15-7-54); da Comissão de Finanças, idem.

Votação do Requerimento n.º 349, de 1954, do Sr. Luis Tinoco e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do artigo 155, § 3.º do Regimento Interno para o Projeto de Lei do Senado n.º 23, de 1951, que dispõe sobre o plano de unificação da "Companhia Nacional de Navegação Costeira" e do "Linha Brasileiro" (Patrimônio Nacional).

Votação do Requerimento n.º 371, de 1954, do Sr. Alfredo Simch e outros Srs. Senadores, pedindo urgência, nos termos do art. 155, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 105, de 1954, que regula a estabilidade do pessoal extranumerário mensalista da União e das autarquias.

Votação, em segunda discussão, do Projeto de Lei do Senado n.º 25, de 1953, que autoriza o Poder Executivo a nomear uma Comissão de técnicos para elaborar um plano de obras de irrigação do Nordeste (aprovado em primeira discussão em 15-6-1954, tendo *Pareceres favoráveis:* da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 364, de 1954; da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sob n.º 365, de 1954; da Comissão de Finanças, sob n.º 366, de 1954).

Primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Parecer favorável*, sob n.º 242, da Comissão de Reforma Constitucional.

Discussão do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 76, de 1954, do Sr. Presidente da República, submetendo a aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Sudanesia.

Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 83, de 1954, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Fernando Nilo de Alvarenga para Ministro Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Tchecoslováquia.

Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 95, de 1954, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Décio Honorato de Moura para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto a Santa Sé.

Discussão única do Parecer da Comissão de Finanças sobre a Mensagem n.º 108, de 1954, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a nomeação do Sr. Antônio Brochado da Rocha para Ministro do Tribunal de Contas.

Discussão única do Projeto de Resolução n.º 27, de 1953, que autoriza a ida de Senadores à Conferência da União Interparlamentar e dá outras providências (incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 90, letra "a" do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 369, de 1954, do Senhor Senador Alfredo Neves, aprovado na sessão extraordinária de 15 de julho de 1954), tendo *pareceres favoráveis* (ainda não publicados) das Comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores e dependendo de pronunciamento da Comissão de Finanças.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 119, de 1953, que cria a cadeira de Etnologia Brasileira e Língua Tupi em todas as Faculdades de Filosofia e Letras do país. *Pareceres:* da Comissão de Educação e Cultura, sob n.º 459, de 1954, favorável (com voto em separado do Senhor Senador Carvalho Guimarães); da Comissão de Finanças, sob número 460, de 1954, contrário.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 119, de 1954, que dispõe sobre o foro das causas em que as autarquias forem autores. *Parecer favorável*, sob n.º 524, de 1954, da Comissão de Constituição e Justiça.

Discussão única do Requerimento n.º 372, de 1954, do Sr. Senador Djair Brindeiro, solicitando inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 3, de 1954, que cria, na Justiça do Trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados de São Paulo e Pernambuco, e dá outras providências.

Encerra-se a sessão às 23 horas e 30 minutos.

#### DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ONOFRE GOMES NA SESSÃO DE 14 DE JULHO DE 1954.

#### O SR. ONOFRE GOMES:

Sr. Presidente, encontra-se na ordem do dia de hoje, com votação iniciada ontem, o Projeto de Lei n.º 337, de 1953. No longo parecer relatado na Comissão de Segurança Nacional tenho a impressão de que coloquei o problema nos seus devidos e justos termos, isto é, sob o ponto de vista de segurança a respeito do qual essa comissão deveria pronunciar-se. No meu trabalho focalizei que o projeto era peça que tinha unidade inclusive psicológica, visto como possuía profundos embasamentos em ato legítimo, do poder público — o Decreto n.º 10.490, inicialmente secreto e posteriormente divulgado com alterações perfeitamente compreensíveis, correspondendo, assim, a um ato de honra do Estado que, para satisfazer a compromissos da sua política internacional, inevitavelmente bem aceitos por toda a Nação; havia usado das atribuições que as leis lhe conferiam e procedido à convocação de cidadãos para selarem os aludidos compromissos pelas armas.

Como o conflito era de amplitude mundial e a luta, felizmente, ainda se desenrolava longe do território brasileiro, dentro das possibilidades do momento, em vista de nos acharmos em companhia de povos poderosos, lançamos, como era certo, política e estrategicamente, a cobertura do teatro principal — mais que principal, essencial; mais que essencial, vital — que era o território nacional, isto é, o Brasil, lançamos, repito, a cobertura estratégica, ofensiva-defensiva, em terras da Itália, previamente reconquistada pelo grupo aliado anglo-americano.

O Decreto n.º 10.490-A, equiparando os dois teatros, é, consequentemente, um ato de sábia política, visto como se conforma plenamente com o arcabouço dos compromissos assumidos pelo governo brasileiro em nome da Nação. Assim sendo, Sr. Presidente, conforme já disse em discursos anteriores, somente por um complexo psicológico, característico do nosso povo, de extroversão, poderíamos considerar, invertidamente, como teatro principal o italiano.

O que se cobre, resguarda e protege, logicamente, deve ser sempre o principal, ou do contrário, afastando-nos da lógica, não estamos em boa sanidade mental.

Assim, o projeto tratando de manear quanto possível justa os militares e civis brasileiros, que, na obedi-

ência a decisões e ordens do governo prestaram serviços de guerra na Itália ou no Brasil, estavam, como entendeu o governo, em identidade de condições.

Para focalizar objetivamente a importância deste teatro, o que talvez não fosse necessário, levantei a seguinte hipótese: se houvessem sido insuficientes os meios de cobertura marítima e aérea do nosso território, propiciados pelos nossos aliados norte-americanos, e ocorrido aqui um desembarque de uma Divisão de Wehrmacht ou dos SS., que poderia ter havido?

Sr. Presidente, a importância desse teatro é verdadeira imanência, é ele inseparável. Ultrapassa a qualificação do principal, do essencial, porque realmente é o vital. Tanto assim é que se comprometido ou dominado esse teatro, perguntaria eu se haveria mais alguma coisa por que lutar.

A Lei n.º 1.782 de que o Projeto número 337, de 1953 é simples extensão, já havia justicieiamente recompensado os brasileiros que se haviam batido em defesa da Pátria em território italiano, em terra e no ar. Os elaboradores do projeto, o Sr. Ministro da Guerra como autor do substitutivo da parte principal e o líder do Partido Trabalhista, consequentemente líder do Partido do Governo na sua elaboração tiveram o senso político de respeitar a unidade jurídica decorrente das atividades dos brasileiros defensores da Pátria na Itália e no Brasil.

Convém, entretanto, recordar, Senhor Presidente, que a importância desse teatro da guerra era tal que nele se encontrava um dos embasamentos da ponte aérea para o transporte, através do Atlântico, dos contingentes aéreos necessários à cobertura das operações de desembarque e ocupação da África do Norte e da Itália.

Além desse aspecto importante, há o da verdadeira vitalidade do teatro visto como a sede em que vive a nacionalidade.

Sr. Presidente, em vários discursos aqui proferidos, com o objetivo de dar resposta integral, item por item, aos esclarecimentos apresentados ao Senado pelos Ministros militares, mostrei a sem razão dos argumentos oferecidos.

Quanto à Marinha, tornou-se clara a desnecessidade de uma composição de argumentos, visto como em nada o projeto a ela se refere; em relação ao Exército, demonstrei minuciosamente a necessidade da sua aprovação, a fim de dispor de oficiais, em número aproximado do suficiente, para dar desempenho a uma de suas principais funções — o recrutamento.

Como velho soldado que apenas há dois anos deixou o comando de uma das mais vastas regiões militares do país, abrangendo os territórios de Minas Gerais e Goiás, evidenciei a per turbacão das atividades civis, dos cidadãos com a má execução do Serviço do Recrutamento, pela deficiência de delegados municipais, acarretando o ingresso no Exército de cidadãos legitimamente isentos desse compromisso, nos termos da lei. Salientei igualmente os percalços, aborrecimentos e tribulações a que eram submetidos muitos brasileiros em idade de alistamento que pela falta de esclarecimentos das exigências legais, incorrem no crime de insubmissão; mas submetidos a Conselho, na forma das leis e regulamentos são justicieiamente absolvidos, normalizando-se, assim, a sua situação de cidadãos.

Todos esses percalços, Sr. Presidente, com a aprovação do projeto, se não forem corrigidos, serão muito amenizados, visto como S. Exa. o Senhor Ministro da Guerra dispôs de suficiente número de oficiais para dotar os dois terços dos municípios brasileiros, onde não há ainda delegado militar de recrutamento, de representantes do serviço militar a fim

de o processamento dos trabalhos marcharem na boa ordem reclamada pelo interesse e pela tranquilidade dos cidadãos. Poderá também atender a outro importantíssimo setor da função militar, — o desempenho do Serviço de Dattlografia, Registro e Arquivo de Documentos Sigilosos.

Quanto à Aeronáutica, igualmente examinei, item por item, o documento em que S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Ministro prestara esclarecimentos ao Senado, derroando-os um a um, isto como não passavam de meras virtualidades.

Sr. Presidente, parece-me ter feito o possível para o cumprimento do meu dever, como relator do projeto na Comissão de Segurança Nacional. Dei conhecimento ao Senado dos legítimos propósitos que fundamentaram perfeita e seguramente o projeto. Aprovando-o, o Senado praticará ato de acerto e de justiça, como o fez a Câmara dos Srs. Deputados.

O Sr. Mozart Lago — Muito bem. Apoiadíssimo.

O SR. ONOFRE GOMES — Muito obrigado a V. Exa.

Na Aeronáutica o problema resume-se na focalização de verdadeiro paradoxo. Pretende-se recrutar Segundos Tenentes especialistas da Aviação, não no corpo de especialistas daquele Ministério, mas entre novicos, entre os que iniciam a aprendizagem da futura especialidade, conduzidos pelas mãos de sargentos e sub-oficiais especialistas, com anos de serviço de guerra, negando-se a estes que colaboram na formação de futuros especialistas o legítimo direito à promoção que lhes cabe.

Resulta, assim, claramente, a situação que eu, como chefe de uma empresa, dispondo, nas diferentes oficinas da minha indústria, de excelentes especialistas, — que conheço porque acompanhei-lhes a formação, desde a aprendizagem — os abandonaria, para recrutar especialistas em campo estranho, entre desconhecedores do ofício, que iniciarão a aprendizagem sob a orientação dos sub-oficiais e sargentos especializados de que dispõe a Aeronáutica.

Sr. Presidente, não acredito que em nenhuma empresa privada, administrada por quem não esteja louco, se chegue a um procedimento de tal incompreensão. É justamente o contrário do que se faz em toda a parte, particularmente nos países adiantados como os Estados Unidos, a Inglaterra e a Alemanha, para citar os três que se podem apresentar ao mundo como paradigma de organização, notadamente quando se processa a mobilização.

Se se precisa de mecânicos, vai-se buscar os arrolados nas repartições competentes, com os respectivos endereços, para lhes atribuir a função de mecânico, dando-lhes as graduações e os postos que forem necessários para fazer a atividade funcionar.

#### O SR. PRESIDENTE:

Pondero ao nobre orador faltarem apenas dois minutos para se esgotar a hora do expediente

#### O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> consulte o Senado sobre se consente na prorrogação regimental da hora do expediente, a fim de que o nobre Senador Onofre Gomes possa concluir sua oração.

#### O SR. PRESIDENTE:

O Senado acaba de ouvir o requerimento do nobre Senador Mozart Lago.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Onofre Gomes.

#### O SR. ONOFRE GOMES:

Muito grato ao nobre Senador Mozart Lago e ao Senado pela gentileza da concessão.

Sr. Presidente, focalizando o caso da Aeronáutica, vi-me obrigado, muito a contragosto — porque para mim seria uma situação bem mais agradável e simpática estar em atitude de entendimento e de compreensão com os meus colegas, Generais da Aeronáutica, da Marinha ou do Exército, do que me encontrar nesta tribuna, no cumprimento de um dever, do qual não me afastarei ...

O Sr. Mozart Lago — Permite Vossa Ex.<sup>a</sup> um aparte? (Assentimento do orador) — Não fosse a disciplina, a ser resguardada, sugerida u'a mesa redonda de V. Ex.<sup>a</sup> com os três Ministros militares, para que estes, assim, fossem obrigados a tomar conhecimento do que V. Ex.<sup>a</sup> tem dito e comprovado perante a nação sobre a justiça da aprovação desse projeto.

O SR. ONOFRE GOMES — Agradeço o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>; entretanto, não creio haja necessidade de mesa redonda, porque SS. Ex.<sup>as</sup>, tanto quanto eu, estão a par da realidade.

O Sr. Mozart Lago — Não estão a par, porque se do contrário estariam convencidos, como eu.

O SR. ONOFRE GOMES — Meu caro Senador Mozart Lago, o dinamismo e a trepidação da vida moderna permitem que os responsáveis pela administração do Estado, nos seus diferentes graus de departamentação, por si mesmos, tomem conhecimento do que se publica e do que se escreve.

O Sr. Mozart Lago — Não há tempo para ler o que é do interesse coletivo.

O SR. ONOFRE GOMES — Devemos trabalhar em equipes, perfeitamente entrosadas em esferas, gradativamente em elevação, até o ápice, em que se encontra o setor da decisão, mas é preciso que essas equipes trabalhem realmente dentro do ponto de vista do interesse público, preparando os pareceres, a documentação e as informações para os chefes, de modo a não expô-los a claudicações.

Difícil é hoje a posição do chefe, não só no Brasil, como em toda parte, mas particularmente entre nós, visto como ainda não podemos dispor de um número, mesmo insignificante, de equipes, capazes de constituir um conjunto, onde cada equipe se manifeste sobre determinado problema, sem perturbar o referido conjunto, a fim de que a decisão seja uniforme, tenha o caráter de unidade no todo e seja boa a solução.

Mas, dizia eu, ainda no cumprimento do dever de relatar, vi-me obrigado a contrapor, um a outro, os dois pareceres que S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Ministro da Aeronáutica se permitiu conceber. Num dos referidos pareceres, S. Ex.<sup>a</sup>, conforme li ao Senado, palavra por palavra, opinava claramente pela promoção dos sargentos e Suboficiais do 1.º Grupo de Caça, que colaboraram nas operações aéreas do teatro de guerra italiano, e no segundo, que S. Ex.<sup>a</sup> enviou ao Senado se pronuncia categoricamente contra a aprovação do Projeto, por ser contrário à promoção daqueles suboficiais e sargentos que ele mesmo, como Comandante do 1.º Grupo de Caça ...

O Sr. Mozart Lago — Todo o mundo conhece esse fato.

O SR. ONOFRE GOMES — ... no momento de encerramento das operações, apresentado ao Ministro da Aeronáutica, considerou ato certo, justo, criterioso. Sr. Presidente, não é compreensível se vá recrutar especialistas em outros quadros, quando os de que se dispõe são bons, e, para comprová-lo, li desta tribuna o juízo formulado sobre eles pelos técnicos ... que vieram dirigir a montagem de aviões a jato, no Galeão, concluiu que muito honra os especialistas da Aeronáutica, por partir de cidadãos pertencentes a um povo cuja experiência no tratamento com outros povos tem demonstrado ser sempre precavido.

Esses depoimentos também constam as páginas do "Diário do Congresso", pois os inclui em vários de meus discursos.

Dispondo-se de sargentos e suboficiais especialistas, não há porque recrutar segundos-tenentes especialistas senão entre aqueles. Se se opina que os suboficiais e sargentos da aeronáutica, do 1.º Grupo de Caça, têm todas as qualidades e prerrogativas para merecerem promoção e depois se se contradiz, negando-se-lhes a referida promoção, claro que o Senado estará em face de problema relativamente fácil de ser compreendido, embora, na realidade, não se esteja cogitando de resolvê-lo dentro da única fórmula admissível, a de atender ao interesse público.

Ainda há mais, Sr. Presidente. O Projeto, nos seus diferentes aspectos, está integralmente em concordância com a política anunciada e praticada por S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Presidente da República. Vários trechos de discursos de S. Ex.<sup>a</sup> constam do meu parecer e de discursos que tenho aqui pronunciado, e que podem sintetizar os objetivos do Chefe do Governo nesses termos: levar adiante, com as cautelas

e precauções necessárias e possíveis o melhoramento do nível de vida dos cidadãos, menos favorecidos de recursos.

Está no discurso de S. Ex.<sup>a</sup> pronunciado a dois de janeiro as Forças Armadas, no Clube da Aeronáutica, no de 1.º de maio, no de Volta Redonda e também no do churrasco dos Generais, onde S. Ex.<sup>a</sup> disse, com toda clareza, que ninguém lhe arrebatara das mãos o propósito de solucionar a questão social, nos moldes da prática de métodos justicieiros.

O Senado, realmente, não estará em divergência com S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Presidente da República. Pode-lo-ão estar, sim, os seus Ministros. Aprovando, no entanto, o Projeto, estaremos integralmente dentro das premissas fundamentais do programa político de S. Ex.<sup>a</sup>.

Já demonstrei que a capacidade dos suboficiais e sargentos especialistas da Aeronáutica é suficiente para proporcionar-lhes a promoção a segundos-tenentes.

Mesmo, porque eles já têm, por lei, este direito. Aguardam, apenas, a oportunidade pela abertura de vagas.

Para que o Senado não tenha dúvidas do ato de justiça que praticará aprovando o projeto, aproveito-me da oportunidade para, comprovando a assertiva da capacidade dos especialistas da Aeronáutica, disto trazer um testemunho material.

Tenho em meu poder um Dicionário de Meteorologia, elaborado e escrito por um sargento e um suboficial especialistas da Aeronáutica, cujos nomes me permito não revelar para não acarretar-lhe possível má compreensão.

Trata-se de obra, Srs. Senadores, que, na sua modéstia, demonstra cabalmente a capacidade intelectual e a eficiência desses militares.

Não há, conseqüentemente, razão alguma para sonegar-se-lhes a promoção cujo direito legal já lhes assiste: mesmo porque, no que diz respeito ao Exército, os subtenentes e sargentos igualmente satisfazendo as exigências para promoção a 2.º Sargento do Q.A.O., se não for aprovado o Projeto n.º 337, poderão ser decanitados no seu direito a essa promoção legal e legitimamente conquistada de vez que o Projeto n.º 268, em marcha, extinguindo o Q.A.O. — Quadro Auxiliar de Oficiais — para criar o Q.A.A. — Quadro Auxiliar de Administração — faz-lhes novas exigências e o direito conquistado à promoção irá sofrer as conseqüências dessas perdas irreparáveis, se o Senado prudente e sabiamente não lhes amparar o direito incontestado que já têm, aprovando o Projeto n.º 337-53.

São as considerações que, como recordação, me julguei no dever de fazer ao Senado, no instante em que talvez se retomem os trabalhos para votação do aludido Projeto. (Muito bem! Muito bem!)